



CONGRESSO NACIONAL

15ª SESSÃO (SESSÃO SOLENE)

Em 6 de Novembro de 2018

(Terça-Feira)

Às 10 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 30 anos da Constituição Cidadã.

HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Compõem a Mesa, com esta Presidência, o Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer; o Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Federal Rodrigo Maia; o Presidente da República Federativa do Brasil no período de 1985 a 1990 e ex-Senador José Sarney; o 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Fábio Ramalho; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, S.Exa. Sr. Ministro Dias Toffoli; a Procuradora-Geral da República, S.Exa. Sra. Raquel Dodge; e o Deputado Federal e Presidente eleito da República Federativa do Brasil, S.Exa. Sr. Jair Bolsonaro. *(Palmas.)*

Convido todos a, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será cantado pelo tenor Jean Silva.

(É entoado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, S.Exa. Michel Temer; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; Presidente da República Federativa do Brasil de 1985 a 1990, José Sarney; 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Fábio Ramalho; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Ministro Dias Toffoli; Procuradora-Geral da República, Sra. Raquel Dodge; Deputado Federal e Presidente eleito da República Federativa do Brasil, Sr. Jair Bolsonaro; demais autoridades presentes, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais.

Quero registrar a presença de vários Embaixadores: Embaixador da República de Angola, Sr. Nelson Manuel Cosme; Embaixador da República da Namíbia, Sr. Samuel Nuuyoma; Embaixador da República de Belarus, Sr. Aleksandr Tserkovsky; Embaixador do Reino da Tailândia, Sr. Surasak Suparat; Embaixador da República do Sudão, Sr. Ahmed; Embaixador da República do Panamá, Sr. Elmer Anel; Embaixadora da República de Botsuana, Sra. Bernadette S. Rathedi.

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Eliseu Padilha; Ministro de Estado da Justiça interino, Sr. Gilson Libório de Oliveira Mendes; Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro Silveira; Ministro de Estado de Minas e Energia e Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Sr. Wellington Moreira Franco; Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Luiz Fux; General de Exército e Vice-Presidente eleito da República Federativa do Brasil, Sr. Antonio Hamilton Martins Mourão; Presidente do Superior Tribunal Militar, Sr. Ministro José Coêlho Ferreira; Encarregado de Negócios da Embaixada da República Árabe da Síria, Sr. Mohamad Khafif; Ministro do Superior Tribunal Militar, Sr. José Barroso Filho; Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Ministro Raimundo Carreiro; representando o Comandante da Marinha do Brasil, Sr. Vice-Almirante Sérgio Nathan Marinho Goldstein; representando o Comandante do Exército Brasileiro, Sr. General de Brigada Ivan Ferreira Neiva Filho; representando o Comandante da Aeronáutica, Sr.

Brigadeiro-do-Ar Cloer Vescia Alves; Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça: Sr. André Luís Guimarães Godinho, Sr. Henrique de Almeida Ávila; Srs. Senadores constituintes: Sr. Albano Franco, Sr. Francisco Guimarães Rollemberg, Sr. Mauro Benevides, do meu querido Ceará, Sr. Teotônio Vilela Filho; Srs. Deputados constituintes aqui presentes: Sr. João Machado Rollemberg Mendonça; Sr. Luiz Alberto Rodrigues; Sr. Luiz Alfredo Salomão; Sr. Márcio Braga; Sr. Marcondes Gadelha; Sr. Nelson Sabrá; Sr. Ronaldo de Azevedo Carvalho; Sr. Simão Cirineu, Senador no período de 1995 a 2003, Sr. Mauro Miranda Soares; Senador eleito, Sr. Flávio Bolsonaro; Senador eleito, Sr. Marcos do Val; vejo aqui vários Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas constituintes — vejo sentada ali atrás Maria de Lourdes Abadia —, senhoras e senhores, autoridades presentes, este Congresso Nacional vive hoje um dia histórico ao reunir, democraticamente, um Presidente da República no exercício do cargo, meu companheiro de partido, Michel Temer, um ex-Presidente da República, Senador José Sarney, e o Deputado e Presidente eleito, Jair Bolsonaro.

O Parlamento brasileiro tem a honra de proporcionar o primeiro passo de um processo de transição que, eu ousou afirmar, respeita exatamente o espírito da Constituição Cidadã promulgada há 30 anos.

De fato, a Constituição de 1988 é uma obra eloquente do avanço institucional, social e legislativo da civilização brasileira. Bastaria, para louvá-la, nos remetermos à sua eficácia no plano da realidade.

Imprensa aqui presente, é inegável que ela marca a transição para o mais longo período democrático da República Federativa do Brasil contemporâneo. Cumpre-nos, portanto, lembrar daquele momento histórico. Antônio Paes de Andrade, que já não está entre nós, com quem eu dei os meus primeiros passos na política, sempre se orgulhou de ter sido um dos 603 Deputados e Senadores, que, em diferentes momentos, participaram da elaboração da Carta Magna.

Deixou para a posteridade, em parceria com o nosso professor de Direito Constitucional, Paulo Bonavides, a obra *História Constitucional do Brasil*, na qual revela que a proposta de uma nova Constituição remonta a julho de 1972, quando o grupo autêntico do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, decidiu transformá-la na sua principal bandeira.

Apesar da resistência inicial da cúpula moderada do partido, o tema sempre esteve presente na atuação dos autênticos, que se incorporaram à campanha de Ulysses Guimarães à Presidência da República, em 1973.

A partir de 1977, a pregação Constituinte ganhou ímpeto especial, primeiramente, no âmbito parlamentar, por meio de pronunciamentos da direção nacional do MDB.

Posteriormente, lembram os autores, em manifestações por todo o Brasil, culminando com o lançamento, em São Paulo, da *Carta aos Brasileiros*, lida em ato cívico na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco.

Paes e Bonavides assinalam em seu livro que a Assembleia de 1988 foi a primeira Constituinte brasileira que não se originou de uma ruptura institucional, nem foi precedida de um ato de independência.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte foi resultado de compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves e do Presidente — aqui ao meu lado — José Sarney, que nos honra com a sua presença no dia de hoje.

Após a morte de Tancredo, José Sarney assumiu o Palácio do Planalto e, 3 meses depois de empossado, honrou todos os acordos estabelecidos pelo Presidente Tancredo Neves.

Assim, convocou, o então Presidente Sarney, a Assembleia Nacional Constituinte, por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985. A chama da mudança, a partir de então, passou a iluminar o Congresso Nacional.

Quem participou da Assembleia Nacional Constituinte — aqui há vários Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que participaram desse momento histórico brasileiro — costuma lembrar, com entusiasmo, daquele maravilhoso momento da história do Brasil. Os corredores deste Congresso Nacional fervilharam de brasileiros e brasileiras de todas as profissões, de todas as raças, de todas as cores, de lugares e de classes sociais diferentes de todo este País.

Imbuídos do propósito de fazer reerguer, sem prévio esboço, a democracia liberal e a justiça social, a participação popular direta deste Brasil inteiro foi tão marcante.

Ulysses Guimarães estimava em 10 mil pessoas o trânsito cotidiano nas dependências do Congresso Nacional, o que representava, aproximadamente, a participação de milhões de pessoas em todos os eventos. Foi assim que o povo brasileiro, ao cruzar as portas do Congresso Nacional, fez dele, de fato, e mais do que nunca, a Casa do Povo brasileiro.

O Parlamento, por sua vez, soube corresponder ao voto da confiança popular. E os anseios da sociedade se materializaram em 122 emendas populares — apoiadas por mais de 12 milhões de assinaturas e em mais de 71 mil sugestões enviadas ao Congresso Nacional pelos Correios.

O trabalho daquela Assembleia resultou em cinco anteprojetos, quatro projetos, mais de 61 mil emendas — sem contar as mais de 20 mil emendas das Subcomissões e Comissões — e quase 5 mil destaques feitos pelos Srs. Parlamentares.

Os números evidenciam a intensa atividade dos Constituintes. As estatísticas impressionam e comprovam a magnitude do trabalho daqueles Parlamentares, superando todos os recordes de produção legislativa. Contabilizaram-se 182 audiências públicas, 330 sessões plenárias, mais de mil votações, 2.400 horas de discursos e 15 mil pronunciamentos.

Tudo isso esclarece a razão de se ter transformado na mais longa Constituinte de nossa história, transcorrendo de 1º de fevereiro de 1987 a 5 de outubro de 1988.

As Constituições refletem o momento histórico em que elas nascem. E, naquele momento, o povo brasileiro soube, como sabe hoje, que é na democracia que se escreve o futuro com as próprias mãos.

Parlamentares históricos como Marcondes Gadelha, que aqui vejo; Cristina Tavares, que já não está entre nós; Lysâneas Maciel; Fernando Lyra; Alencar Furtado; Freitas Nobre; Michel Temer, nosso Presidente, que, na Constituinte, se destacou na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público; e tantos outros demonstraram que atuar com civismo cria laços de respeito à população.

Essa é a história da nossa Constituição. Por isso, devemos sempre respeitá-la e, principalmente, cumpri-la.

Sras. e Srs. Parlamentares, Brasil que nos assiste, imprensa que nos cobre neste momento, senhoras e senhores convidados, jornalistas de todo o Brasil e do exterior que aqui representam seus veículos de comunicação, hoje, iniciando-se a transição entre governos, vimos o voto democrático prevalecer novamente em nossa República Federativa do Brasil. Deputados Distritais, Estaduais e Federais, Senadores, Governadores e o Presidente da República foram escolhidos de acordo com o princípio da soberania popular, o voto direto.

Neste dia, como não lembrar também as sábias palavras proferidas por ele, que foi o maior de todos nós, emedebistas, Ulysses Guimarães, há exatos 30 anos: *“A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia”*. Essas palavras me inspiraram durante toda minha vida pública.

À frente deste Congresso Nacional, mesmo nos momentos mais tensos, procurei sempre lembrar que a Constituição é a personificação jurídica de nossa Pátria, que está acima de todos. A Constituição é a expressão do pacto social firmado por todos os brasileiros, de viverem em cooperação leal, de respeitarem uns os direitos dos outros, de defenderem a nossa Nação, de amarem a liberdade e de conduzirem-se com justiça.

Assim, diante do meu querido ex-Presidente da República José Sarney, meu consultor e tutor político, do atual Presidente Michel Temer e do Presidente eleito Jair Bolsonaro, tenho certeza de que, com um novo governo e uma nova legislatura, vamos honrar os que vieram antes de nós e continuar caminhando juntos rumo a um futuro de prosperidade, de justiça e de paz social para todos, sempre sob a luz da democracia e da Constituição Cidadã. Nela, no plano econômico, permita-me observar, Presidente eleito Jair Bolsonaro, V.Exa. também encontrará o enquadramento jurídico adequado para dar ao Brasil um círculo virtuoso e permanente de desenvolvimento sustentável para todos os brasileiros.

Tenho certeza que esse não é apenas o meu sonho, mas também é o sonho e o propósito de todos nós, brasileiros.

Que Deus ilumine e abençoe esta Casa, o povo brasileiro e todos nós!

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, para seu pronunciamento.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, registro a presença do Embaixador do Estado de Israel no Brasil, Sr. Yossi Shelley, e do Ministro de Estado do Turismo, Vinicius Renê Lummertz Silva.

Agradeço, mais uma vez, a cobertura da imprensa brasileira e internacional.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira; o Exmo. Sr. Presidente da República, Michel Temer; o Exmo. Sr. ex-Presidente da República, meu amigo José Sarney; o Exmo. Sr. Deputado Fábio Ramalho, Vice-Presidente do Congresso Nacional; o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli; a Exma. Sra. Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge; e o Exmo. Sr. Deputado Federal e Presidente eleito da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro.

Há 30 anos eu estava na galeria deste plenário acompanhando a aprovação da Constituição e meu pai era Deputado Federal. Eu hoje, sendo Presidente, tenho muito orgulho de presidir a Câmara dos Deputados e poder representá-la nesta importante sessão histórica.

É com grande satisfação que me junto a todos neste plenário para comemorar as 3 décadas da Constituição Federal de 1988. Comemorar é mais que celebrar, é rememorar, é em conjunto trazer o passado à memória. E hoje gostaria de começar

lembrando que a nossa tradição constitucional republicana em seus quase 130 anos nos legou Constituições que duraram pouco.

Nessa nossa história de Constituições breves, não é trivial que propostas que acenaram para a substituição da Constituição em vigor tenham sido repudiadas pela opinião pública durante o último processo eleitoral. Em um contexto de forte polarização política houve quem pensasse que as pessoas se deixariam seduzir pela ideia fácil de que basta trocar de Constituição para resolver os problemas do nosso País. A sociedade brasileira, contudo, surpreendeu seus intérpretes mais desatentos e reafirmou que tem na Constituição de 1988 a sua bússola.

A nossa Constituição é extensa e detalhada e, como todo produto do trabalho humano, tem imperfeições. O Dr. Ulysses já o admitia no próprio discurso de promulgação: "*Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira e desbravadora*", disse ele. Ela tem se mostrado ao longo desses 30 anos mais forte do que os críticos de primeira hora ousaram imaginar. Seu núcleo repousa em princípios muito gerais, como a liberdade, a igualdade e a dignidade da pessoa humana, princípios que nos irmanam e, ao mesmo tempo, nos separam. Sua interpretação desperta controvérsias profundas — e é legítimo que seja assim, como tem sido em todas as grandes democracias do mundo.

O sentido da Constituição está em plena disputa, é definido em uma troca constante entre a opinião pública, notadamente a imprensa, a sociedade organizada e as instituições do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

As democracias constitucionais não são forjadas apenas a partir do que de antemão compartilhamos, mas a partir daquilo que somos capazes de construir em comum, a despeito — e, por vezes, exatamente em razão — das nossas diferenças.

Mas o fato de não quisermos uma nova Constituição não é o mesmo que negar a necessidade de reformas. Pelo contrário, Constituições longevas passam por processos profundos de mudança para que possam continuar dialogando com o mundo. Mudam para permanecer. Alteram o seu texto para fortalecer suas fundações. Temos, nesse sentido, agendas que são prementes. Algumas envolvem ajustes no próprio texto constitucional, outras, a adoção de medidas legislativas que garantam a sua eficácia.

A reforma da Previdência é uma delas. É preciso controlar o déficit e construir um sistema previdenciário mais justo, que não seja concentrador de riquezas, ainda que tenhamos que enfrentar críticas e incompreensões no processo.

No campo da segurança pública, precisamos de uma resposta coordenada e inteligente à violência. Combater o crime organizado e o tráfico de armas e drogas de forma efetiva exige um sistema único de segurança pública em pleno funcionamento. A Câmara dos Deputados tem feito sua parte até o momento e fará mais. Há diversas pautas em construção no âmbito do Congresso para reforçar a segurança da população. Cito, entre outras, os anteprojotos de lei apresentados pela Comissão de Juristas presidida pelo Ministro do Supremo Alexandre de Moraes, em tramitação nesta Casa desde junho, com o patrocínio de diversos Líderes.

Também oferecemos ao debate do Congresso o anteprojeto de reforma da Lei de Improbidade Administrativa, coordenado pelo Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, que traz contribuições importantes ao combate à corrupção.

Precisamos, enfim, aumentar o dinamismo da economia brasileira e do setor público. Deflagramos iniciativas importantes que podem ajudar a construir medidas concretas nesse rumo como a reforma tributária, em debate em Comissão Especial, e os grupos de trabalho sobre tributação da renda corporativa, sobre o mercado de debêntures e sobre a legislação social brasileira. Ao mesmo tempo, uma comissão de juristas coordenada pelo Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, se debruça sobre temas ligados aos sistemas de controle da administração pública.

Essas iniciativas buscam reforçar e atualizar o compromisso constitucional com a justiça social e o desenvolvimento econômico. Não é possível combater a desigualdade com baixo crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, não é admissível que apenas alguns poucos se beneficiem desse crescimento. O Congresso Nacional é o espaço por excelência para realizar esse debate e para conceber medidas que possam nos conduzir aos objetivos fundamentais da nossa República.

A nossa Constituição é sábia. Seu arranjo institucional prevê um Poder Executivo com grande responsabilidade e amplos poderes e, ao seu lado, um Congresso bicameral, complexo e plural, composto pelo princípio proporcional e majoritário, que equilibra as perspectivas políticas presentes na sociedade e os interesses dos entes da Federação. As decisões que moldam o futuro do Brasil passam necessariamente por essas medidas institucionais e delas retiram sua legitimidade democrática, observados, sempre, os princípios que estruturam a Constituição. Dr. Ulysses nos lembrou, há pouco mais de 30 anos, aqui mesmo neste plenário: "*A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia*".

Termino reforçando que o fracasso ou o sucesso de um empreendimento constitucional não está selado com ato de promulgação de uma Constituição. A propósito, uma lição mais antiga e igualmente sábia vem de Benjamim Franklin.

Ao ser questionado sobre o que resultara da Convenção de Filadélfia, em 1787, ele teria respondido: *"Uma República, se vocês forem capazes de mantê-la"*.

A sociedade e as instituições têm a responsabilidade diuturna indelegável de promover e aprofundar o projeto constitucional. Sem seu compromisso e sua lealdade, mesmo o texto mais engenhoso não resiste às intempéries da política. Parabéns à nossa Constituição por seus 30 anos!

Há vitórias que merecem ser lembradas, mas há mais a fazer do que celebrar. O melhor tributo que podemos prestar é nosso trabalho incessante e nosso compromisso penhorado com o que significa a Constituição Cidadã.

Que não nos falte força nem sabedoria para cumprir os nossos desígnios.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra para o seu pronunciamento à Procuradora-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Dra. Raquel Dodge.

A SRA. RAQUEL DODGE - Bom dia. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira; Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Michel Temer; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; Sr. Presidente da República do Brasil, no período de 1985 a 1990, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, Presidente José Sarney; Sr. Vice Presidente do Congresso Deputado Federal Fábio Ramalho; Exmo. Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Dias Toffoli; Deputado Federal e Presidente eleito da República Federativa do Brasil, Sr. Jair Bolsonaro, Sras. e Srs. Senadores constituintes e Deputados constituintes aqui presentes, representantes dos governos estaduais, do corpo diplomático e da sociedade civil aqui reunida, saúdo, com intensa emoção, o fato de o Congresso Nacional celebrar os 30 anos da Constituição de 1988, reunindo os Poderes da República e dirigindo-se à Nação.

É alvissareiro e gostaria de enaltecer o fato de que o Congresso Nacional concede voz ao Ministério Público neste ato solene de celebração da Constituição brasileira. Como fiscal da lei e guardião da Constituição, o Ministério Público é defensor da sociedade, das instituições, do interesse público; combate o crime e defende direitos fundamentais.

Nessas 3 décadas, esteve firme na defesa da Constituição, de liberdades, do interesse público, na defesa da pluralidade, em favor da democracia e do meio ambiente. O valor desta celebração transcende este momento singular na história brasileira, porque lembra ao nosso povo que a Constituição inaugurou o regime democrático, que tem na defesa da dignidade e da liberdade humanas a centralidade de suas normas.

Desde então, as instituições brasileiras tornaram-se muito mais fortes e atuam para garantir uma sociedade justa, livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação, que são os objetivos fundamentais da República.

No plano internacional, a República rege-se pela prevalência dos direitos humanos, pela defesa da paz, pela solução pacífica dos conflitos e pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A Constituição de 1988 instituiu um governo de leis. Não é pouco. É um feito extraordinário, porque o governo de leis é uma das principais marcas do mundo civilizado, pois garante liberdades essenciais à democracia, que são as liberdades de imprensa, de expressão, de opinião e de crítica, de cátedra e reunião. Também garante autonomia universitária para que a inovação, o saber e o aprendizado desenvolvam-se sem amarras. O governo de leis promove paz e estimula a concórdia, que são virtudes da justiça.

Em uma nação de imigrantes e nativos, nossa Constituição reconhece a pluralidade étnica, linguística, de crença e de opinião, a equidade no tratamento e o respeito às minorias. Garante liberdade de imprensa para que a informação e a transparência saneiem o conluio e revelem os males contra os indivíduos e o bem comum.

A Constituição regulamenta a convivência das diferenças, sob o signo da igualdade de direitos, de oportunidades, de concorrência, de respeito e de tratamento. Visionária: nossa Constituição protege o ambiente para esta e as futuras gerações. Humanitária: protege minorias e os mais vulneráveis para que não sejam alvos do injusto.

É notavelmente auspicioso o fato de se reunirem aqui, no berço da Constituição, os Chefes dos Poderes como um poderoso símbolo do diálogo, do prestígio dos princípios e valores constitucionais e da transição republicana do presente ao futuro. Que esta poderosa imagem endereçada à cidadania seja o prenúncio de que uma era de paz e concórdia continuará a trazer ao Brasil o elevado desenvolvimento humano que tanto almejamos, a erradicação da pobreza, a dissipação das diferenças regionais, a preservação da floresta, da água, do ambiente, do patrimônio cultural e do bem comum prometidos pela Constituição.

A Constituição de 1988 expressa a vontade do povo. Como em nenhuma outra ocasião, a sociedade civil manteve contato direto com os Constituintes e influenciou na elaboração de suas normas. Mais do que isso, o povo viu-se reconhecer em sua pluralidade de línguas, opiniões e direitos.

Anseios de dignidade foram acolhidos para que todos sejam tratados como pessoas humanas e que práticas de escravidão sejam abolidas do território brasileiro. Desejos de igualdade foram contemplados na Carta, repudiando toda forma de discriminação, seja de nacionais, seja de estrangeiros.

Expectativas de respeito à intimidade pessoal foram garantidas. A separação da coisa pública e da coisa privada foi delimitada e permite hoje o enfrentamento da corrupção de verbas públicas, a punição da improbidade administrativa e a preservação do bem comum. O regime de respeito às leis passou a vicejar em solo nacional e tornou-se prioridade dos brasileiros que querem para si a mesma regra que vale para todos os demais. Esta ideia de igualdade parece simples, mas encontrou tantas resistências ao longo de nossa história que só veio a vigorar com longevidade a partir de 1988.

Muito se avançou desde a Constituição de 1988. Por isso, é importante celebrá-la, para que se mantenha viva, aderente aos fatos, fazendo justiça e correspondendo à vida real da Nação. Para tanto, é preciso guardá-la. Não basta reverenciá-la em uma atitude contemplativa. É preciso cumpri-la à luz da crença de que os países que custodiaram escrupulosamente suas Constituições identificam-se como aqueles à frente do processo civilizador e são irradiadores de exemplaridade em favor das demais nações que hesitaram ou desdenharam em fazê-lo.

Os frutos desse comportamento estatal em relação à Constituição são colhidos diretamente pelo povo brasileiro, que se orgulha ou se envergonha de suas instituições. No Brasil, a celebração dos 30 anos da Constituição é também a celebração do respeito por ela, e sobre isso somente podemos festejar.

O Ministério Público, que deve à Constituição sua independência e garantia de atuação, também tem sido seu guardião, atuando contra o crime que afronta direitos e corrompe a coisa pública, defendendo os bens comuns da sociedade, preservando os valores fundantes da vida em sociedade, defendendo o patrimônio público e eleições justas e livres, como lhe foi determinado. Temos consciência da importância dessa missão e da firmeza e serenidade que nos é reclamada para exercer com coragem e prontidão tais funções.

É necessário também que cada cidadão compreenda que a Constituição tem a norma que preside a solução dos problemas que ele enfrenta. A Constituição é cidadã. Cada cidadão é, neste sentido, guardião da Constituição e defensor da sua integralidade. Pode invocá-la não apenas em juízo, mas sobretudo fora dele, para prevenir conflitos e também para resolvê-los.

Preservar seus preceitos é promover sua aplicação. Este também é um dos sentidos da Constituição Cidadã, a que é do cidadão.

Para cada cidadão é um grande trabalho, um trabalho de Sísifo, fazer valer as regras da Constituição, a democracia e os direitos humanos, como um bloco de mármore empurrado montanha acima todos os dias. Pode parecer difícil, mas não é uma tarefa infrutífera; muito ao contrário, é o exemplo, a esperança e a compreensão de que a democracia e o regime de leis exigem cuidados permanentes, que nos tornam cidadãos ativos e construtores da sociedade justa, livre e solidária que a Constituição garante.

Os direitos individuais reclamam proteção diária. É preciso estar de prontidão para reconhecê-los, para invocá-los e identificar quando são afrontados. É uma atitude cívica e inteiramente constitucional compartilhar esse conhecimento, transmiti-lo em nossas relações pessoais, na família, na escola e no local de trabalho.

Gosto de interpretar o mito grego de Sísifo na acepção esperançosa de Cora Coralina, que se apresentava como uma pessoa que, na escalada da vida, remove pedras e planta flores. Que tais flores sejam de esperança e da Justiça prometida com clareza pela Constituição.

A Constituição é respeitada por sua premissa estruturante de respeito a liberdades essenciais e aos seus objetivos de justiça social, que lhe informam o núcleo axiológico.

Não obstante os desafios com que os diversos momentos de crises políticas, econômicas e morais pontilharam as três décadas de vigência da Constituição, deve-se também credenciar a sua eficácia, além do apoio popular que colhe, às instituições fortalecidas que engendrou.

Persistamos na Constituição, perseveremos na democracia, continuemos os esforços de cumprir todas as promessas do Constituinte de 1988, sigamos juntos, todos, no caminho que conduz a uma sociedade justa, fraterna, pluralista, solidária e sem preconceitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra, para fazer o seu pronunciamento, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Dias Toffoli.

O SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, na pessoa de quem cumprimento os membros do Poder Legislativo: os de ontem, especialmente os Constituintes aqui presentes; os de hoje e os que também foram eleitos para a próxima Legislatura.

Presidente da República e Chefe de Governo e do Estado brasileiro, Michel Temer, que também foi Constituinte, cumprimento V.Exa. e, na pessoa de V.Exa., todos os membros do Poder Executivo.

Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, por intermédio de quem cumprimento todos da Câmara dos Deputados, em especial.

Cumprimento o Sr. Presidente da República da transição democrática. Sem o Presidente José Sarney, talvez não tivéssemos tido a possibilidade de viver sob o pálio da Constituição de 1988. A habilidade de S.Exa., neste momento, nesta efeméride de cumprimento nos 30 anos, deve mais uma vez ser destacada, como sempre o fiz na celebrações, seja no Superior Tribunal Eleitoral, seja no Supremo Tribunal Federal.

A Nação brasileira muito deve a transição democrática à pessoa de V.Exa. Meus cumprimentos.

Presidente eleito Jair Bolsonaro, Deputado Federal, também cumprimento V.Exa. pelas eleições e por, no último ato de campanha, ter estado exatamente com este modelo de Constituição à mão e celebrando que, uma vez eleito, iria cumprir, como vai cumprir, a Constituição e as leis do Brasil.

Cumprimento também a Sra. Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge, e, na sua pessoa, os membros do Ministério Público, Ministério Público esse que deve muito à Constituição de 1988, que lhe trouxe amplas atribuições; o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, na pessoa de quem cumprimento os Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; o Deputado Vice-Presidente do Congresso Nacional, Fábio Ramalho, as Sras. e os Srs. Embaixadores, as Sras. e os Srs. Magistrados.

Faço um cumprimento especial aos amigos que aqui fiz na Câmara dos Deputados, servidores da Câmara dos Deputados, durante os 5 anos que passei aqui, de 1995 a 2000, quando muito aprendi com os colegas servidores desta Casa.

Senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores, há 30 anos, nesta mesma sala plenária da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães erguia a Constituição então promulgada.

Em um discurso incisivo, o então Presidente da Assembleia Nacional Constituinte destacou que a Constituição de 1988 seria o guia da sociedade brasileira rumo a uma mudança histórica.

De fato, a promulgação da Constituição de 1988 representou, mais do que um rompimento com a ordem anterior, um compromisso com a instauração de um novo País, mais democrático, livre, justo, solidário e igualitário.

Os Constituintes lograram aprovar uma Carta extremamente plural, vocacionada a promover a convivência dos múltiplos anseios sociais da Nação.

Contendo um amplo rol de direitos civis, políticos e sociais, a Constituição de 1988 projeta para cada brasileiro o ideal de uma cidadania plena.

Muito se conquistou nos últimos 30 anos, valendo destacar principalmente o fortalecimento das instituições democráticas.

Não podemos negar que temos passado por episódios turbulentos nos últimos anos: investigações envolvendo a própria classe política e empresarial, o *impeachment* de uma Presidente da República, a cassação de um Presidente da Câmara dos Deputados, a condenação e prisão de um ex-Presidente da República.

No entanto, olho para tais eventos com otimismo e esperança, pois todos os impasses foram resolvidos pelas vias institucionais, de maneira democrática, com respeito à Constituição e às leis brasileiras.

E o Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal, foi o grande árbitro, assumindo um papel na sociedade brasileira que jamais houvera exercido anteriormente.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes, não existe democracia sem um Poder Judiciário forte, independente e autônomo. E o Judiciário brasileiro teve a sabedoria de, em todos esses conflitos, moderar todos eles, conflitos das mais variadas espécies — políticos, sociais, culturais e econômicos —, e, assim, cumprir o seu papel de pacificação social.

Passadas as eleições, com a renovação democrática, a Nação brasileira — a sociedade, suas instituições e os Poderes da República — deve voltar a se unir para pensar no desenvolvimento do País.

Agora, o Brasil precisa encontrar um ponto de união em meio às diferenças — como é próprio de um Estado Democrático de Direito.

É o momento, Sr. Presidente Eunício de Oliveira, de a política voltar a liderar as grandes questões da Nação, para que possamos voltar à clássica divisão dos Poderes: compete ao Legislativo cuidar do futuro; ao Executivo, do presente; e ao Judiciário, pacificar os conflitos do passado e garantir segurança jurídica e previsibilidade de suas decisões para o futuro, porque isso é fundamental para o desenvolvimento e o progresso de uma Nação e de um povo.

Dou aqui o meu testemunho de que este Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara Rodrigo Maia, não tem se furtado às atualizações necessárias à Carta Constitucional. Tem realizado não só reformas constitucionais, como V.Exa. destacou em seu discurso, mas também aprovado projetos legislativos que aperfeiçoaram nossa legislação e o sistema de justiça em todas as suas áreas.

A Lei nº 12.850, de 2013, é o exemplo maior disso. Ao definir organização criminosa e dispor sobre os meios de investigação e de produção de provas, com a possibilidade de realização da colaboração premiada, tem sido essencial nas investigações de combate à corrupção dos últimos anos.

É necessário que se diga que nenhuma dessas investigações, Sr. Presidente eleito Jair Bolsonaro, seria possível se não fosse o Congresso Nacional ter aprovado essa legislação, entre outras que vou citar aqui:

Emenda Constitucional nº 35, aprovada em 2001 — o Supremo Tribunal Federal passou a não mais precisar de autorização do Congresso Nacional para investigar e processar os Parlamentares. Deve apenas, no caso de investigação ou denúncia, comunicar o recebimento à Casa Legislativa, a qual poderá sustar o andamento da ação; Lei Complementar nº 131, de 2009, que é conhecida como a Lei da Transparência, fundamental em uma República; Lei Complementar nº 135, de 2010, a Lei da Ficha Limpa; Lei nº 12.527, de 2011, Lei de Acesso à Informação; Lei nº 12.683, de 2012, que ampliou a abrangência do tipo penal de lavagem de dinheiro; Emenda Constitucional nº 73, de 2013, que aboliu a votação secreta nos casos de perda de mandato de Deputado e Senador; Lei nº 12.846, de 2013, a Lei Anticorrupção, entre tantas outras normas que foram aprovadas.

Sem esse arcabouço jurídico, não seria possível a atuação que nós temos hoje na seara do Judiciário e das funções essenciais à Justiça.

Senhoras e senhores, é momento de reafirmar o nosso comprometimento com a manutenção e a longevidade da Constituição de 1988, que hoje celebramos.

Vivemos em um Brasil diferente, que demanda sempre a atualização constitucional e legislativa dentro dos marcos da própria Constituição.

Como já venho defendendo desde o meu discurso de posse, em setembro deste ano, é hora de celebrarmos, Srs. Presidentes da República, atual e futuro, Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, é hora de celebrarmos — os Poderes da República e a sociedade civil — um grande pacto nacional, para, juntos, trilharmos um caminho na busca por reformas fundamentais que precisamos enfrentar.

Destaco três, que serão desafios para o futuro imediato: reforma da Previdência, reforma tributária e fiscal e promoção da segurança pública.

Com o devido diálogo, devem ser construídos acordos e realizadas as reformas dentro de um quadro de segurança jurídica.

O Supremo Tribunal Federal exercerá, como vem exercendo, o importante papel de árbitro dos eventuais conflitos, garantindo a solidez, a segurança jurídica e a paz social, função última da Justiça.

Finalizo lendo, mais uma vez, o art. 3º da nossa Carta Magna, que estabelece como objetivos da República Federativa do Brasil:

Art. 3º

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esse art. 3º da Constituição é um verdadeiro mito fundante da nossa Nação.

Renovamos, neste aniversário de 30 anos, nosso compromisso com a soberania popular, com a democracia, com a separação e a harmonia entre os Poderes da República, com o pluralismo político, com a tolerância, com o combate a todas as formas de discriminação, com a liberdade de expressão e de opinião — uma imprensa livre, que é fundamental

para a República e a democracia —, tão caras ao livre e independente exercício do mandato parlamentar, e, acima de tudo, com a Constituição da República, o pacto fundante da nossa Nação.

Permanecemos unidos na trilha como Nação de uma mudança apregoada por Ulysses Guimarães, uma mudança que tem como real protagonista, na verdade, o cidadão brasileiro, e como guia a Carta Cidadã por ele batizada assim, nosso pacto fundante, rumo ao País com o qual sonhamos e idealizado pelos Constituintes.

O Supremo Tribunal Federal estará sempre a postos como o garante desse pacto da Nação.

Parabéns, Presidente Eunício Oliveira, por esta celebração tão emocionante e tão importante dos 30 anos da Constituição! Parabéns a V.Exa., vida longa à Constituição de 1988, e que Deus abençoe a Nação brasileira! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Antes de dar a palavra ao Presidente Michel Temer, eu queria consultar o Presidente eleito, Deputado Jair Bolsonaro, se deseja fazer uso da palavra neste momento.

O SR. JAIR BOLSONARO (PSL - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Obrigado pela oportunidade. Eu estou muito feliz em retornar a esta Casa, rever velhos amigos e fazer novas amizades. (*Palmas.*)

Estamos aqui num dos centros do poder. Juntos, Executivo, Legislativo e Judiciário têm um compromisso, como há pouco discursou aqui o nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Toffoli. A responsabilidade é de todos nós.

Pedimos a Deus que nos ilumine. Agradeço por Ele ter salvado a minha vida há pouco tempo.

Quero dizer a todos: na topografia existem três nortes, o da quadrícula, o verdadeiro e o magnético, mas na democracia há só um norte: é o da nossa Constituição. (*Palmas.*)

Juntos, Presidente Toffoli, querido Rodrigo Maia e demais autoridades aqui da Mesa, vamos continuar, Presidente Temer, construindo o Brasil que o nosso povo merece. Temos tudo, tudo, para sermos uma grande Nação. A nossa união, que no momento estamos aqui ocupando cargos-chave na República, pode, sim, mudar o destino desta grande Nação.

Acredito em Deus, acredito no povo brasileiro, acredito em nosso potencial.

Meu muito obrigado a todos. Peço a Deus que nos ilumine a todos para continuarmos traçando os destinos que o nosso povo merece: a felicidade, o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Antes de conceder a palavra ao Presidente da República, Michel Temer, eu convido para compor a Mesa o Vice-Presidente eleito, General Hamilton Mourão.

Faço um convite especial para compor a Mesa também ao nosso ex-Vice-Presidente da Constituinte do Brasil. O Presidente era o Deputado Ulysses Guimarães, e o Vice-Presidente era o cearense Mauro Benevides, que eu faço questão que venha compor a Mesa conosco. (*Palmas.*)

Acabei de vê-lo agora. S.Exa. também era Presidente do Senado e Vice-Presidente da Constituinte do Brasil.

Quero convidar para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Presidente Michel Elias Temer.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA MICHEL TEMER - Em primeiro lugar, eu quero dizer que serei brevíssimo. Para sê-lo, eu começo saudando rapidamente a Mesa Diretora, a partir do Presidente Eunício, do Presidente Toffoli, do Presidente Sarney, do Presidente Rodrigo Maia, da Sra. Procuradora-Geral Raquel Dodge, do Presidente eleito Jair Bolsonaro, do Vice-Presidente Mourão, do Deputado Mauro Benevides. Enfim, eu saúdo também todas as autoridades que se encontram no Plenário. E, ao fazê-lo, por meio dos Deputados e Senadores, representantes do povo e representantes dos Estados, nós saudamos especialmente o povo brasileiro, porque os senhores são representantes do povo brasileiro.

Nesta brevíssima manifestação, eu quero secundar as palavras daqueles todos que aqui se manifestaram. E, ao secundá-las, dizer, fundamentalmente a partir do Presidente Eunício, a partir do Presidente Rodrigo Maia, do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Toffoli, que as palavras todas foram de homenagem à Constituição, na convicção mais absoluta de que não há caminho fora da Constituição.

Confesso que neste momento em que estou aqui, se eu quisesse, Presidente Jair Bolsonaro, ter uma palavra que fosse o mote, o norte, o caminho para minha fala, eu diria que a palavra é recordação, porque de fato, como Constituinte que fui — foi meu primeiro mandato, ao lado de tantos outros Constituintes que aqui eu vejo —, aquela recordação nos rejuvenesce.

E nos rejuvenesce precisamente porque eu me recordo da grande agitação, Antônio de Jesus, que havia aqui na Constituinte: o povo todo ingressando pelo Congresso Nacional, o povo todo, todos os setores, Maria Abadia, trazendo para o interior do Congresso Nacional as suas reivindicações — e reivindicações que eram filtradas e acolhidas.

Portanto, quando o Presidente Ulysses Guimarães disse, muito apropriadamente, que esta era a Constituição Cidadã, ele quis dizer que era uma Constituição cidadã na voz e no conteúdo, porque o conteúdo que se deu foi precisamente pela voz do povo brasileiro.

Quando eu vejo aqui que nós todos estamos a saudar a oportunidade deste encontro promovido pelo Congresso Nacional, pelo Senador Eunício, pelo Deputado Rodrigo Maia, por todos, nós estamos aqui recordando a Constituição de 1988, mas não recordando-a para esquecê-la; ao contrário, recordando-a para preservá-la e fazer com que daqui a 70 anos estejamos todos aqui comemorando o centenário da Constituição de 1988.

Meus amigos e minhas amigas, eu quero dizer que a Constituição trouxe inegáveis avanços. É interessante e eu registro um fato curioso. Os senhores sabem que a expressão "Estado Democrático" é sinônimo de "Estado de Direito". E nós estávamos tão enfáticos na história da democracia no País, que nós logo encimamos o texto constitucional com a expressão "Estado Democrático de Direito", para revelar a participação de todo o povo brasileiro.

E quando falamos, como mencionou o Ministro Toffoli, da harmonia e da independência entre os Poderes, era na convicção mais absoluta de que nós somos autoridades constituídas. Nós não somos titulares do poder. Titular do poder é o povo, que, no dia 7 de outubro, foi às urnas e elegeu Jair Bolsonaro, elegeu Deputados e Senadores. Aquele é realmente o titular do poder.

É preciso, contudo, como nós somos órgãos exercentes do poder, fazer aquilo que o Ministro Toffoli tem dito: promover encontros entre os Poderes do Estado, porque se no passado, no Estado absolutista, o poder era único, hoje, no Estado Democrático, o poder é dividido entre três órgãos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. E eu sei que o Presidente Toffoli já conversou com o Presidente Jair Bolsonaro, já conversou conosco, já conversou com os membros do Congresso Nacional, para que, permanentemente, a cada mês ou bimensalmente, haja um encontro dos Chefes dos Poderes para que possam direcionar o País no caminho que a Constituinte de 1988 nos indicou. Eu não tenho dúvida de que a Constituinte indicou o melhor caminho, e, ao fazê-lo, realmente teremos os olhos postos nas ansiedades e nas expectativas do povo brasileiro.

Por isso, Presidente Eunício Oliveira, eu quero cumprimentá-lo por esta oportunidade. Afinal, V.Exa. trouxe para cá as autoridades todas do passado, como o Presidente Sarney. Falo do passado apenas cronologicamente, pois ainda no presente, a todo momento, o Presidente Sarney, tal como disse o Presidente Toffoli, está a ensinar a todos um exemplo de moderação, de equilíbrio, de serenidade, de tranquilidade, que é preciso nos momentos atuais.

Ao cumprimentar os colegas Parlamentares que comigo conviveram, tanto os de 1988 quanto os seguintes, porque aqui fiquei por 24 anos, eu finalizo dizendo que a minha palavra é de recordação. Eu não quero ser como aquela professora de História que era tão velha, tão velha, que não precisava estudar; ela só se recordava. De 1988, contudo, eu estou me recordando e cumprimento os Constituintes de 1988, que produziram um novo Brasil.

Meus cumprimentos a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Obrigado, Sr. Presidente.

A Presidência comunica o lançamento das seguintes publicações: 1) *Revista de Informação Legislativa*, produzida pelo Senado Federal, que será distribuída às bancadas parlamentares e à Mesa desta sessão. A revista está disponível também para *download* no Portal do Senado Federal. 2) Livro digital *Do Poder Legislativo: A Construção do Capítulo I do Título IV da Constituição de 1988*, produzido pela Edições da Câmara e disponível para *download* na Livraria da Câmara. 3) Novo audiolivro da Constituição Federal de 1988, disponível na Livraria da Câmara. 4) Livro do *site* Plenarinho, intitulado *O Brasil em construção: 30 anos da Constituição Cidadã*, direcionado ao público infantil. 5) Publicação *O Tribunal de Contas da União e os 30 anos da Constituição Federal de 1988*. É uma publicação do Tribunal de Contas da União que também será disponibilizada ao público.

Neste momento, pedindo a compreensão dos Constituintes, dos Líderes e dos Presidentes de partido, nesta sessão solene que integra as duas Casas do Congresso Nacional com presenças tão ilustres, eu convido todos a ouvirmos alguns oradores que pediram a palavra. Por hábito, eu jamais nego a palavra a alguém que tem função nesta Casa.

Eu peço apenas a compreensão dos Parlamentares para utilização do tempo de 5 minutos, tendo em vista o número de oradores que se inscreveram.

Pela ordem, eu concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim, que representa também aqui a Liderança do PP na Câmara dos Deputados.

Deputado Simão Sessim, tem V.Exa. a palavra.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira; Sr. Presidente da República, Michel Temer; Sr. Presidente da República eleito, Deputado Jair Bolsonaro; Sra. Dra. Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; Sr. 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Fábio Ramalho; meu caro e estimado colega Constituinte, Vice-Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, querido Mauro Benevides, por delegação do Partido Progressista e em nome dele, eu uso a tribuna.

Junto-me às comemorações dos 30 anos de existência da Constituição brasileira, que ajudei a elaborar. Talvez eu seja o mais antigo nesta Casa. Estando aqui por 40 anos consecutivos e participei dos debates anteriores e da decisão de elaboração de uma nova Constituição, participei, enfim, dos debates que ocorreram antes, durante e depois da Constituinte.

Deus me deu saúde, e o povo do meu Estado, os votos para ter a extraordinária sorte de participar de todo o processo Constituinte, repito, desde os debates iniciais sobre a forma e o método de sua construção.

Nós, Parlamentares Constituintes, fomos, na verdade, os intérpretes da vontade popular, num processo iniciado na campanha eleitoral de 1986, uma campanha que, em todos os cantos do Brasil, foi campo de debate de propostas para uma nova Constituição.

Eleitos, recebemos da sociedade a delegação para representá-la, sem que ela, contudo, se ausentasse. O povo esteve todo o tempo presente, nos corredores, nas galerias e nos plenários do Congresso Nacional. Quem não veio pessoalmente escreveu, telefonou, participou de todas as formas. O povo deu a melodia, o ritmo e fez a harmonia. O legislador escreveu a partitura.

Nenhuma das Constituições nascidas antes de 1988 representou com mais veracidade o enunciado fundamental presente na abertura de todas elas.

Nenhuma outra teve autoridade para, por si mesma, provar que *"Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido"*.

Houve quem profetizasse, na época, que o Brasil seria ingovernável com a nova Constituição. Outros denunciaram a obra como ambiciosa demais.

Olhando o passado com os olhos no presente e a consciência no futuro, eu não tenho dúvida: o Brasil, sem ela, seria ingovernável. A Constituição submeteu o Estado e os Governos à vontade soberana da sociedade.

A Constituição nos deu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Aboliu a censura. Democratizou a informação. Colocou o Ministério Público sobre os alicerces que autorizam hoje o mais forte e eficiente combate à corrupção. Abriu à iniciativa popular a prerrogativa de legislar diretamente.

Ambiciosa demais? Há leis, muitas delas, que ao regulamentarem a Constituição, mostraram que a ambição era o forte desejo de criar um Brasil mais justo, algo plenamente possível. Aí estão, entre outras, a Lei Maria da Penha; a lei que reconhece e assegura os direitos das pessoas com deficiência; a lei que pune com rigor a discriminação e o preconceito; a lei que garante a liberdade de manifestação do pensamento, da crença e de outros cultos; e a lei que reconhece os direitos dos trabalhadores, dos idosos e dos idosos com mais de 80 anos, lei de minha autoria.

A Constituição é imperfeita? Sem dúvida é, porque todos somos. Mas o povo soberano também a entendeu assim e, por isso, autorizou que o Congresso Nacional a modifique...

(Desligamento automático do microfone.)

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - A Mesa comunica aos presentes que a Exma. Sra. Dra. Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República, o Exmo. Sr. Presidente da República, Michel Temer, o Exmo. Deputado Federal e Presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, e o Ministro-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, necessitam se ausentar desta sessão, em razão de compromissos institucionais.

Concedo a palavra ao Senador José Serra. *(Pausa.)*

Senador José Serra, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira; meu caro Presidente Michel Temer; meu Presidente eleito, Jair Bolsonaro; Presidente José Sarney; Procuradora Raquel Dodge, na verdade, venho aqui apenas, em nome do meu partido, referir-me em linhas gerais

ao texto constitucional de 1988, ao seu significado do ponto de vista do País, ao papel que tem tido e às questões que se abrem para o futuro.

Nos 30 anos da Constituição que Ulysses Guimarães classificou de “cidadã”, alinho-me com a tese de que uma das grandes virtudes da Carta é a sua vocação garantidora de direitos. Foi, nesse caso, o bom uso que se fez de circunstâncias que não eram da nossa escolha. Explico-me: finda a ditadura militar, a nova Lei Maior procurou expressar o seu repúdio ao autoritarismo, precavendo-se de tentações golpistas e da agressão a direitos individuais.

Poucos parecem divergir, a esta altura, da constatação de que o principal mérito da Constituição de 1988 é a consagração das liberdades democráticas — de opinião, manifestação e organização — e das garantias individuais: a criminalização inequívoca do racismo, a abolição do banimento e da pena de morte, o livre exercício dos cultos religiosos, o repúdio a tratamentos desumanos ou degradantes dos cidadãos, etc.

À parte as liberdades públicas e individuais, destaco, em planos distintos, como os maiores avanços da Carta de 1988, a concepção do SUS; a criação de um fundo que reuniu as contribuições do PIS/PASEP para tornar viável o seguro-desemprego e, ao mesmo tempo, financiar investimentos; o dispositivo que definiu o salário mínimo como o piso dos benefícios previdenciários de prestação continuada; os capítulos que lidam com finanças públicas e controle externo ao Executivo e ao Legislativo — os Tribunais de Contas, por exemplo, foram extremamente fortalecidos nas suas atribuições —; os novos marcos para a política ambiental; o fortalecimento do Ministério Público; e a instituição do segundo turno na eleição para Presidente, Governadores e Prefeitos em cidades com mais de 200 mil eleitores. Diga-se, a respeito das finanças públicas, que a nova Constituição incluiu os dispositivos que viriam a dar posteriormente sustentação legal para a futura Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso não significa que o texto constitucional de 1988 não tivesse tido alguns defeitos severos que em outras oportunidades pude apontar, como uma certa prolixidade; as concessões de natureza corporativa; a prodigalidade fiscal; a falta de um regime geral de previdência mais homogêneo e equitativo, além de viável a longo prazo; o atrelamento dos sindicatos ao Estado; e a falta de inovação em matéria de sistema político e eleitoral. Também não posso deixar de mencionar algumas aberrações que ficaram na Carta, mas que nós posteriormente escoimamos do texto. Entre esses absurdos estava a fixação de um teto constitucional para a taxa de juros real, barreiras a bancos estrangeiros e critérios restritivos da transferência de poupança entre regiões do Brasil. A sabedoria de alguns Constituintes forçou que tudo isso ficasse subordinado a uma lei geral do sistema financeiro e facilitou, posteriormente, na etapa pós-Constituinte, a sua retirada.

A prolixidade não precisa ser provada, é evidente: são 250 artigos e 70 disposições transitórias, ou seja, um total de 320 dispositivos.

A constitucionalização da existência da Justiça Desportiva e a garantia da proteção e do incentivo às manifestações desportivas de criação nacional são exemplos da prolixidade desnecessária.

Mas nós precisamos compreender a Constituinte a partir das circunstâncias históricas. Ela foi uma bandeira na época da luta pela redemocratização, e era natural que a população esperasse e que os Parlamentares incentivassem isto: que a nova Constituição viesse a resolver problema...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB - SP) - ...em matéria de desigualdade social, em matéria de carências das diferentes Regiões e em matéria de diferenças sociais exacerbadas.

Mas soubemos, ao longo dos anos, emendando a Constituição e trabalhando de uma forma exaustiva, digamos assim, consertar o nosso texto constitucional, que hoje é melhor do que aquele que foi aprovado e que amanhã será melhor do que o de hoje. Temos que tomar a data de hoje como um marco dentro desse processo. Vamos juntar forças para terminar ou para avançar, pelo menos, na realização das mudanças que o texto ainda exige, sem deixar de lado os seus aspectos extraordinariamente positivos para o nosso futuro.

É nesse trabalho que eu estou engajado, que estamos engajados, que fazemos um chamamento seja ao Congresso Nacional, seja ao Poder Executivo, seja ao Poder Judiciário, para que juntemos forças no sentido do aperfeiçoamento da nossa Carta Constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos pela atenção.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JOSÉ SERRA.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes, por indicação da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Peço que se recomponha o tempo do Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quis o destino que um dos meus últimos pronunciamentos nesta Casa, depois de 38 anos, fosse exatamente para exaltar a Constituição de 1988.

Nada mais significativo, Sr. Presidente, do que a fotografia dessa Mesa quando a sessão se iniciou. Tivemos aqui o Presidente Sarney, que presidia a República quando do funcionamento da Constituinte; tivemos aqui o Presidente Michel Temer, que foi Constituinte; tivemos aqui um retrato do porquê de essa Constituição ter sido chamada de Cidadã.

Trinta anos depois, vemos aqui o seu resultado.

A história registra e vale a pena lembrar que um dos momentos mais tensos da Constituinte foi no seu final, quando o Partido dos Trabalhadores se negou a assiná-la, repetindo o que tinha feito no Colégio Eleitoral, quando também não participou.

Lembro-me de Ulysses Guimarães chamar o então Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, na cidadela da resistência, o Piantella, na madrugada, e dizer: *"Você está cometendo o maior erro da sua vida. Esta Constituição não é para este momento. Esta Constituição é para a história"*. Dois dias depois, o PT mudou de opinião, num gesto de grandeza, e assinou a Carta, numa mesa colocada para esse fim, no Salão Verde do Congresso Nacional. Tivemos, ao longo de todo esse tempo, muitos embates.

Mas há, no retrato que faço, algo significativo. Basta ver que, ocupando um dos assentos hoje na Mesa estava o Presidente da República eleito, Jair Bolsonaro. Eu digo isso porque naquele momento, e vejo vários companheiros Constituintes aqui no Plenário, uma das grandes preocupações era como se comportariam os militares à medida que a Constituição avançasse para definitivamente integrar o Brasil à democracia.

Hoje, ao se ver aqui o Presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, capitão do Exército, e o Vice-Presidente eleito, o General Mourão, há os que possam dizer que há uma inversão. Não! É a consagração da democracia, porque eles entraram pela porta das urnas, e essa porta ninguém tem o direito de contestar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Brasil viveu, nesses 30 anos, momentos de avanços, crises, insucessos, mas não viveu nenhum momento em que a democracia estivesse em jogo. O que desejo neste momento, Sr. Presidente, é que todos nós tenhamos essa data como uma data irreversível.

Por fim, Sr. Presidente, repito aquilo que disse Ulysses Guimarães ao se despedir da Presidência do PMDB, nesta mesma tribuna: *"Saio daqui contrariado, mas saio daqui feliz, porque durante minha trajetória ajudei a construir um pedaço da história, sem máculas, sem me corromper, e, acima de tudo, com fé neste País"*. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que teremos a consolidação da democracia no próximo quadriênio e assim por diante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela honra de me distinguir para falar em nome da Casa que foi minha durante a minha vida toda, a Câmara dos Deputados. Aqui fica o meu registro e a certeza de que vamos ter, ao longo de muitos anos, uma Constituição Cidadã sólida e, acima de tudo, defensora do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim e passo a Presidência para o 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, o Deputado Fábio Ramalho.

(O Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fábio Ramalho, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, os oradores que me antecederam se reportaram ao significado da Constituição Federal de 1988, que completa 30 anos, razão desta sessão solene.

Para isso, eu preferi em resumo repetir uma expressão do nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Toffoli, que nos honrou com sua presença hoje nesta solenidade. Na introdução ao livro por ele coordenado sobre os 30 anos da Constituição, S.Exa. falou com muita propriedade:

O grande desafio de todos, em especial do Poder Judiciário, é — e continuará sendo — o de fazer valer a Carta Maior como o garantidor da democracia e dos direitos de cada brasileiro. Sua leitura, para tanto, há de se manter sempre atual, respeitando-se seus princípios — em especial os relacionados aos direitos fundamentais e à segurança jurídica —, os desejos do povo e as instituições de nossa República.

Sr. Presidente, eleito para a Constituinte, integrei a Comissão Temática da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, atuando na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Integrei também a Comissão de Sistematização, a mais importante da constituinte, defendendo, com vigor, os princípios da livre iniciativa, o papel das Forças Armadas, a educação e sobretudo o Poder Judiciário, simbolizado na figura excelsa do Supremo Tribunal Federal.

Enfrentamos, na Subcomissão do Poder Judiciário todas as tentativas de modificar a tessitura do Supremo Tribunal Federal.

O Prof. Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho, da Universidade de Brasília, em seu importante artigo Juscorporativismo: os juízes e o judiciário na Assembleia Nacional Constituinte, fala da pressão corporativa que teria levado alguns Parlamentares, como os Constituintes José Costa, de Alagoas, Costa Ferreira, do Maranhão, Gerson Peres, do Pará, e este modesto orador a defenderem a estrutura do Supremo Tribunal Federal e, sobretudo, do Judiciário de um modo geral.

Em nenhum momento, Sr. Presidente, eu me engajei nessa luta por problemas corporativos. Sou apaixonado pela ideia de Rui Barbosa, o grande inspirador da criação do Supremo Tribunal Federal na Constituição Republicana de 1891. Chegou a tal nível a radicalização dos debates na Subcomissão do Poder Judiciário que o então Deputado Michel Temer, atual Presidente da República, seu integrante, chegou a mediar uma discussão radical entre mim e o Relator Plínio Arruda Sampaio. Após o depoimento do Professor de Direito Constitucional de Minas Gerais, um dos maiores juristas deste País, Raul Machado Horta, o grande defensor do “belo edifício constitucional de 1891”, segundo as suas palavras, para provocar, cheguei a dizer que, a exemplo da Carta de Filadélfia, na Constituição tão-somente o Supremo Tribunal Federal deveria constar, deixando ao legislador ordinário a criação dos demais Tribunais.

Foram debates da maior importância, e me orgulho de ter sido um defensor da independência do Ministério Público Federal, juntamente com o chamado “Centrão”, do qual eu fazia parte. Defendíamos a sua independência, para deixar de ser o braço direito da União, do Poder Executivo, para ser exatamente o braço direito da sociedade, dos direitos e garantias individuais, do meio ambiente e dos interesses maiores do nosso País.

O projeto do substitutivo do Relator da Subcomissão do Poder Judiciário, Deputado Plínio Arruda Sampaio, criava um Tribunal Constitucional de nove membros, três indicados pelo Poder Executivo, três pelo Congresso e três pelo STJ. Contra o nosso voto, a Comissão terminou criando um Supremo Tribunal Federal, composto de dezenove Ministros, sendo onze vitalícios e oito com mandato de 12 anos, aprovados pelo Congresso Nacional, em audiência pública de arguição. Graças à luta do Centrão o papel da história do Supremo Tribunal Federal ficou mantida no texto da Constituição.

Tive a honra, ainda, Sr. Presidente, junto a mais 15 colegas, de ter sido escolhido pelo Presidente da Constituinte Ulysses Guimarães para integrar a Comissão de Redação, juntamente, entre outros, com os constituintes Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso, Afonso Arinos, Jarbas Passarinho, Bernardo Cabral, Luiz Henrique, Luiz Viana, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Plínio Arruda Sampaio, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Vivaldo Barbosa.

Na ocasião de assinatura do seu texto, tendo à frente o Deputado Oscar Corrêa, que presidiu a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, assinamos, juntamente com o grande Roberto Campos, Luís Eduardo Magalhães, Gilson Machado e Irapuan Costa Júnior, uma Declaração de Voto, em que dizíamos: *“É tempo de começar a luta para que se complemente e se cumpra. E de trabalhar para que cada um se compenetre de seus deveres para com a Nação, e menos com os direitos que o novo texto lhe busca assegurar”*.

Quando dos 20 anos de sua vigência, o Ministro Luís Roberto Barroso escreveu *“que o ponto baixo do modelo constitucional brasileiro e dos sucessivos governos democráticos foi a falta de disposição ou de capacidade para reformular o sistema político”*. E mais adiante, em belo trabalho produzido a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, ele ressaltou a necessidade *“de desenvolver um modelo capaz de resgatar e promover valores como legitimidade democrática, governabilidade e virtudes republicanas produzindo alterações profundas na prática política”*. Neste mesmo trabalho, o eminente professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro já criticava a pulverização dos partidos políticos.

O certo é que o nosso dever é cumprir a Constituição de 1988 como bem ressaltaram todos os eminentes oradores que me antecederam, merecendo destacar as palavras do Presidente eleito do Brasil, o Deputado Jair Bolsonaro, que disse com muita ênfase: *“Na democracia, o norte é a Constituição”*.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente e Deputado Hugo Leal, pela atenção.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Constituintes, quero neste momento registrar minha emoção e meu orgulho de ter participado da elaboração da Constituição brasileira em vigor. São 30 anos comemorados hoje. Estamos celebrando não a Carta aos brasileiros, mas a Carta dos brasileiros. É por esta Carta que se guia a organização da sociedade.

Sr. Presidente, registro meu orgulho de ter reencontrado aqui hoje vários Constituintes, vários Deputados e Senadores desta legislatura e quero dizer ao Congresso Nacional e ao Brasil que esta Constituição é viva, forte e trata de todos os assuntos de uma sociedade organizada, com muito carinho, com muito respeito.

Por isso, vamos preservar a nossa Constituição!

Um forte abraço a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sras. e Srs. Constituintes, hoje há uma festa nesta Casa, neste Congresso Nacional, quando comemoramos os 30 anos da nossa Constituição Federal. Eu estou representando o meu partido, o PSD — Partido Social Democrático, e, com muita alegria, compartilho com os senhores e as senhoras este momento.

A nova Carta Magna garantiu a liberdade de expressão, as garantias fundamentais e os direitos difusos, assegurando solver conflitos coletivos, sejam de ordem econômica, sejam de ordem social ou cultural. Também as eleições diretas e o direito de voto para analfabetos, jovens e idosos estão estabelecidos. Enfim, a Constituição pavimentou o caminho para que a sociedade brasileira pudesse avançar nos últimos 30 anos.

O sobrenome "Cidadã", então, refere-se a essa garantia de direitos sociais, individuais e coletivos e justamente ao exercício da cidadania, ao passo que reconhece todos os direitos e garantias fundamentais que estão nas bases da sociedade brasileira que desejamos para o futuro, com garantias para todos os cidadãos, como os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança.

Foi esta Constituição de 1988 a responsável por estabelecer que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Evoluímos. Precisamos lembrar quanto avançamos nesses direitos sociais nos últimos 30 anos.

Ao promulgar a Constituição, o Deputado Ulysses Guimarães iniciou seu discurso lembrando que o Brasil tinha naquele momento 30 milhões de analfabetos — em suas palavras, *"afrontosos 25% da população"*. Pois bem, o País tem hoje 11 milhões de analfabetos, uma marca ainda muito histórica, 7% dos seus habitantes. De qualquer forma, avançamos! A democracia fez bem à educação como fez bem à saúde, com a universalização do atendimento através do SUS, para a Previdência Social, com a aposentadoria rural, para a assistência aos desamparados, com a rede de proteção social, ao longo dos anos.

Costumo repetir que "estou" Deputado, a caminho do quarto mandato, mas serei sempre advogado, porque o Direito sempre foi a minha vocação e a minha paixão. Abracei o Direito por acreditar que, por meio da defesa das leis, podia promover a cidadania e o bem comum.

A Constituição é a maior de todas as leis, a Carta Magna, a qual todos nós que estamos aqui hoje devemos seguir e cumprir, mesmo divergindo, consolidando o debate e o diálogo. A Constituição de 1988 reúne os princípios necessários para promovermos no Brasil a cidadania e o bem comum. Estamos aqui para celebrá-la e para defendê-la.

Desejamos sucesso ao novo governo que se avizinha, ao Presidente eleito e a todos nós que almejamos um futuro melhor e o bem comum do Brasil.

Encerro citando mais uma vez a palavra de Ulysses Guimarães: *"A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia"*. É sobre ela que alicerçamos nossas ações e o respeito às instituições!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, por 1 minuto.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, temos muito a comemorar nos 30 anos da Constituição de 1988 no que diz respeito à área social, ao crescimento do nosso País e ao aspecto da defesa dos direitos do cidadão e das pessoas mais pobres, como o salário integral para o trabalhador rural, a Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS e tantas outras conquistas que foram obtidas.

Mas também temos que ponderar que a Constituição de 1988 falhou na criação do Regime Jurídico Único para o setor público. Conviviam muito bem celetistas e estatutários, e ela falhou na economia, não fazendo um sistema tributário moderno e harmonizado, como os sistemas tributários europeu e canadense.

Essa é a grande falha que fez com que o Brasil, nestes 37 anos, crescesse em ritmo menor do que a média de crescimento mundial. A Constituição falhou no crescimento econômico. Nos últimos 37 anos, o Brasil cresceu 2,27% ao ano, menos

do que a média mundial, menos do que os Tigres Asiáticos e menos da metade do que cresceu de 1930 a 1980: o País cresceu 6,3% ao ano até 1980; de 1981 até agora, cresceu 2,27% ao ano. Precisamos corrigir essa falha da Constituição de 1988 no âmbito econômico. É assim que se fomenta o emprego e o desenvolvimento industrial, agrícola, social e do setor de serviços.

O Brasil precisa fazer a sua reforma tributária ainda este ano, neste mandato. Presidente Fábio Ramalho, está nas suas mãos e nas dos Presidentes Rodrigo Maia e Eunício Oliveira votarmos a reforma tributária ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Eu tenho certeza disso, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Tem a palavra o Senador Lasier Martins, por 5 minutos.

O SR. LASIER MARTINS (PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado Fábio Ramalho, que ora preside os trabalhos, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores Constituintes — V.Exas. são os grandes protagonistas desta obra que estamos aqui celebrando, a Constituição da cidadania —, eu sigo naquela mesma linha de destacar alguns dos pontos avançados, meritórios, que tornaram este Brasil uma democracia.

Pela relevância que tem, quero lembrar, antes de mais nada, que esta Constituição de 30 anos trouxe à vida nacional os elementos indispensáveis e as características próprias de uma democracia; ampliou direitos fundamentais do cidadão, consagrados no minucioso art. 5º da Constituição; trouxe de volta a eleição livre e direta para a Presidência da República, governantes e parlamentos; consagrou a repartição das receitas tributárias, embora ainda mereça atenção mais cuidadosa dos Estados e Municípios, através da já projetada e tão reivindicada reforma tributária; criou regras avançadas à ordem social, podendo, na realidade, melhorar ainda mais na atenção à saúde pública e à educação; estabeleceu os direitos das minorias, consagrou a proteção da família, defendeu a cultura e o esporte; abriu espaços à Constituição para melhorias através das emendas parlamentares, que já são tantas, tanto quanto as chamadas iniciativas para as emendas populares — e não será demais rever regras que tornaram o Brasil democrático —; ampliou adequadamente as atribuições do Ministério Público; normatizou, no art. 37 da Constituição, de forma correta, auspiciosa, necessária, os princípios a serem observados pela administração pública direta e indireta da União, Estados e Municípios, princípios esses como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores telespectadores da *TV Senado* e da *TV Câmara*, senhores ouvintes da *Rádio Senado* e da *Rádio Câmara*, entendo que um dos preceitos mais importantes da lei que estamos aqui comemorando é o art. 37. Sendo esses princípios cumpridos, o Brasil será inevitavelmente mais justo e mais próspero.

Não obstante esses méritos, passados 30 anos desde a promulgação, desafios precisam ser enfrentados para a plena eficácia da Constituição, tais como o Sistema Previdenciário, que hoje consome demais o orçamento dos poderes públicos.

Por outro lado, o pacto federativo, previsto na Lei Maior, não é ainda na prática uma realidade, porque a repartição dos recursos não acompanha o justo aporte financeiro aos Estados e Municípios. As receitas tributárias ainda são muito mal distribuídas.

Em suma, a Constituição de 1988, já emendada em uma centena de seus dispositivos, inegavelmente alargou direitos e deveres, consagrando a democracia, que agora se entende se tornar ainda mais aprimorada pelos conceitos e esforços do Governo recém-eleito.

Para tanto, novas expectativas e, sobretudo, esperanças renascem com o Governo recém-eleito pela maioria dos brasileiros.

Assim, celebramos 30 anos da Constituição, justamente em momento em que se discute, que se escuta, que se almeja mudanças necessárias a uma verdadeira nação democrática, com transparência, lisura, trabalho de todos, honestidade e desenvolvimento social e econômico. Bastará para tanto que se cumpra esta Constituição aniversariante e já suficientemente amadurecida na sua existência para as lições que devemos aprender.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Obrigado, Senador Lasier.

Tem a palavra o Deputado Roberto de Lucena.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades presentes, convidados ilustres, eu os cumprimento por meio da Mesa Diretora dos trabalhos, presidida neste momento pelo ilustre Deputado Fábio Ramalho.

É uma honra muito grande ocupar esta tribuna nesta ocasião para, em nome da bancada do Podemos, em nome do Senador Álvaro Dias, em nome da Deputada Renata Abreu, homenagear, nesta sessão solene, a data que marca os 30 anos da promulgação da nossa Carta Magna, a nossa Constituição Cidadã, que consolidou valores e elencou os objetivos que devem ser perseguidos diuturnamente por todos nós, como: a dignidade da pessoa humana; a erradicação da pobreza; a redução

das desigualdades sociais e regionais; inúmeros direitos sociais; princípios da administração pública; e a responsabilização pelo Estado dos deveres de prestar à população saúde, educação e assistência social, entre outros.

Trata-se da sétima Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, após 20 meses de intenso diálogo entre representantes da sociedade civil, especialistas da área jurídica e os Parlamentares Constituintes — e aqui quero render, em nome do Podemos, homenagem ao Parlamentar Constituinte, o que faço em nome do ex-Deputado, à época Senador, Mauro Benevides e em nome do brilhante Deputado paulista Arnaldo Faria de Sá.

Nossa Constituição, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a âncora do Estado Democrático de Direito. Lembro, desta tribuna, que todos nós juramos defendê-la e cumpri-la e que esse compromisso é inalienável, inegociável e inarredável.

Aproveito este momento para expressar os meus sinceros cumprimentos ao Deputado Jair Bolsonaro, o novo Presidente do Brasil, a quem parablenizo pela eleição.

Estou certo de que o nosso País viverá um novo tempo, de paz e prosperidade, e o seu Governo, com as bênçãos de Deus, o apoio de todos os que amam este País e as balizas da nossa Constituição, haverá de representar este marco.

Concluo, Sr. Presidente, evocando as palavras de oração do candango José Silva Guerra — pedreiro que trabalhou na construção deste palácio, desta Casa —, escritas no teto do Salão Verde e encontradas em abril de 2011: "*Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra*".

Que Deus nos abençoe! Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Obrigado, Deputado Roberto de Lucena.

Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ainda que a sessão já tenha praticamente se encerrado, não formalmente, é importante registrar que muitos de nós que integramos o campo progressista, o campo de esquerda, estamos aqui para prestar nossa homenagem à Constituição de 1988.

É ela que todos juram, quando tomam posse, defender. É ela que todos rezam e cantam, em verso e prosa, promessas de defender quando governam. E é preciso num momento como este — talvez nunca tenha sido tão necessário — defender a nossa Constituição, sobretudo no que tange aos direitos sociais e aos direitos humanos.

Nós estávamos vendo nesta sessão o atual Presidente da República — ilegítimo, porque não foi eleito pelo povo —, os Presidentes das duas Casas e o Presidente recém-eleito, todos com a Carta na mão, jurando defendê-la e, no exercício democrático do comando dos Poderes, exercitá-la, fazendo dela a única saída para o enfrentamento dos problemas que afligem a maioria da população brasileira.

E nós, da Oposição, vamos ter que nos guiar por ela também, para impedir todos os retrocessos que ora ameaçam a nossa Constituição. O caminho que nós temos que trilhar é o da defesa da nossa Constituição.

É claro que nós podemos vez ou outra alterar a Constituição, mas, nela, na Constituição de 1988, no livro constitucional brasileiro, em que muitos deixaram seus legados, suas escritas, suas canetas e suas mãos, muitos artigos são cláusulas pétreas.

Nós precisamos reafirmar, até mesmo agora nesta eleição, a parte dos direitos humanos, respeitados na maioria das vezes por aqueles que exercem o poder. Quanto à parte dos direitos sociais, Deputada Luiza Erundina, eu fico espantado quando ouço, em uma sessão de homenagem aos 30 anos da nossa Constituição, alguns discursos propugnando reformas, pedindo apoio para algumas reformas que têm como único objetivo retirar direitos de parte da sociedade brasileira.

Vez ou outra, soltam um balão de ensaio: "*Até o final do ano, vamos aprovar a PEC da Previdência, vamos reformar o Estatuto do Desarmamento, vamos terminar de entregar o pré-sal*", e por aí vai. E nós precisamos reagir à altura neste momento de homenagem à nossa Constituição. E está correta a nossa homenagem aqui: é uma Constituição avançada, sobretudo na parte dos direitos sociais e civis; é uma Constituição guardiã, que protege enormemente esses direitos.

Nós precisamos atuar para que nenhuma cláusula pétrea, nenhum direito seja suprimido neste processo que está se iniciando agora. Nós vamos ser vigilantes, vamos exercer democraticamente o caráter oposicionista de nossos mandatos, porque foi assim que a população decidiu ao nos delegar esta função. Cada um de nós que é Parlamentar aqui, eleito em um ou em outro Estado, temos essa responsabilidade. Ao tomarmos posse no dia 1º de fevereiro, quando levantarmos a mão e dissermos "*juro defender a Constituição*", devemos ter a consciência de que é preciso que essa defesa se dê do ponto de vista prático, no sentido de proteger os direitos humanos, proteger os direitos das minorias, proteger aqueles

trabalhadores que são desprotegidos por parte do Estado e fazer com que a nossa Constituição seja a âncora, seja a bússola que vai nos guiar aqui no Plenário Ulysses Guimarães.

E eu termino dizendo, Sr. Presidente, que melhor do que ficar defendendo reformas para retirar direitos seria nós elencarmos quais artigos dela precisariam ser regulamentados. Aí, sim, nós daríamos mais substância, mais consistência à nossa Carta Maior, que deve guiar tanto a nós Parlamentares quanto aqueles que foram eleitos para governar o Brasil. O nosso caminho aqui é, com a unidade das forças de oposição, baseados na nossa Constituição, sentados nela, defender os direitos civis e políticos da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo, pela Liderança do PDT.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, é com muita honra e alegria, mas também com muita preocupação, que participe desta sessão solene de homenagem à nossa Constituição Cidadã, que agora comemora seus 30 anos.

Digo que participo com honra e alegria porque ela é um marco de nossa história. Nós já tivemos sete Constituições, mas nenhuma foi escrita em um ambiente de liberdade, democracia e sincera preocupação com a redução das desigualdades sociais, como a de 1988.

Quando foi promulgada, havíamos acabado de sair de uma ditadura que torturava e matava, mantinha milhões de brasileiros no analfabetismo, não garantia saúde para todos e nos havia levado a uma de nossas maiores crises econômicas — todos devem se lembrar da crise da dívida e da hiperinflação, legados da ditadura. Mas em 1988 tudo isso parecia que ia ficar no passado. A Assembleia Constituinte olhava para o futuro e elaborou um texto programático que pretendia ser a base de um país mais justo e livre.

E isso até certo ponto deu certo. Nos últimos 30 anos, não por acaso o mais longo período democrático de nossa história, vimos a sociedade civil organizada demandar e ter atendidas diversas pautas que não poderiam nem ser sonhadas em regimes autoritários. Vimos nossa imprensa exercer o importante papel de crítica aos poderosos. Vimos nossa economia se estabilizar e os trabalhadores passarem a ganhar um quinhão mais justo na distribuição de nossa riqueza.

Infelizmente, os últimos anos de crise econômica e de instabilidade política puseram a perder muitos desses avanços. Mas a democracia e o respeito aos princípios constitucionais da cidadania, do valor social do trabalho e da livre iniciativa, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo político certamente são necessários em qualquer projeto que possa nos tirar desta profunda crise.

Minha preocupação, Sr. Presidente, vem justamente do receio de que esses princípios possam ser relativizados. O mundo assiste hoje ao que alguns cientistas políticos e historiadores chamam de “crise da democracia liberal”. Em diversos países também atingidos por crises econômicas e políticas, cresce um tipo de discurso voluntarista, que reduz a solução de problemas complexos à mera vontade de alguém. Nesses países, em nome de uma falsa estabilidade, reduzem-se garantias e direitos individuais, fragilizam-se as relações trabalhistas e perseguem-se falsos bodes expiatórios. Não podemos permitir que o Brasil siga esse rumo.

Por aqui, infelizmente, já houve propostas de se realizar uma nova Constituinte, às vezes se propondo uma ampla e geral mudança de nossa ordem constitucional, às vezes se propondo algum tipo de Constituinte restrita. As duas propostas são muito ruins e inadequadas no momento conservador por que passamos. Geram mais incerteza e instabilidade.

Precisamos proteger a Constituição de 1988 daqueles que pretendem atacá-la ou reduzi-la. Se forem necessários aprimoramentos, os atuais mecanismos para a aprovação de uma emenda já se mostraram suficientes para mudar o que for necessário e, ao mesmo tempo, preservar seus princípios básicos.

A democracia plena, que garante a liberdade de pensamento e opinião, assim como a igualdade de oportunidades e a luta contra a miséria, são o principal legado da Constituição Cidadã. Por esses valores lutaremos todos os dias de nossa vida.

Viva a Constituição Cidadã! Viva a democracia brasileira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Obrigado.

Concedo a palavra, pela Liderança do PT, ao Deputado Carlos Zarattini. Depois falará o Deputado Silvio Costa e, se ele não estiver no Plenário, o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Deputado Ivan Valente, eu estou seguindo a lista. Eu sei que V.Exa. vai falar como Líder, mas o Deputado Gilberto Nascimento está na sua frente. Eu não o havia visto ali, mas ele está na sua frente. Peço a compreensão de V.Exa. Eu não o estou boicotando.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Depois será a vez de V.Exa., Deputado Gilberto.

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini, em nome da Liderança do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Partido dos Trabalhadores vem hoje a esta tribuna se manifestar em defesa da nossa Constituição nesta data em que ela completa seus 30 anos. A Constituição brasileira foi um avanço enorme na história do País e com certeza é a Constituição que mais sobreviveu a todo tipo de ataque.

É bom nós lembrarmos que, na Constituinte, o Partido dos Trabalhadores assinou a Constituição, apesar de ter manifestado um voto contrário, por conta do que considerava serem insuficiências sociais daquela Constituição — a nossa Constituição. Mas nós temos que lembrar também que, logo após entrar em vigor esta Constituição, os setores conservadores, os setores mais reacionários deste País passaram diuturnamente a se opor a ela, considerando que era uma Constituição muito longa, uma Constituição muito detalhada, uma Constituição que, enfim, garantia direitos que, segundo esses setores, seriam impagáveis.

Na Constituição está o Sistema Único de Saúde, do qual hoje já falam abertamente em eliminar a gratuidade, a universalidade e o caráter gratuito. Nós vamos defender o SUS. Nós vamos defender o ensino público e gratuito nas universidades, o qual hoje já se fala em acabar, como se falava que era impagável naquela época, 30 anos atrás.

Nós vamos continuar defendendo a função social da propriedade, que é exatamente aquilo em que se baseia o movimento social para lutar pela reforma agrária e pela reforma urbana. Hoje falam em criminalizar o movimento social, exatamente porque querem reorganizar, reconsiderar aquilo que está na Constituição como um dos seus pilares: a função social da propriedade.

Nós vamos continuar defendendo também que todo poder emana do povo e em nome deste será exercido pelos seus representantes eleitos. Hoje, vários setores querem ultrapassar exatamente essa definição da Constituição, que garante que o Congresso Nacional, através dos seus representantes eleitos, exerça o poder em nosso País, juntamente com o Presidente da República. Nós queremos garantir a democracia em nosso País, e a democracia se faz exatamente com essa preponderância do voto universal, do voto democrático, como também com o aprofundamento da democracia.

É para isto que nós queremos trabalhar sempre, para que nossa Constituição evolua, considerando a possibilidade de o povo ter condições de influenciar no processo democrático, não apenas na hora do voto, no dia da eleição, mas em todos os momentos, por meio de consultas públicas, da organização de conselhos com a participação popular, por meio de qualquer mecanismo democrático que interfira nos órgãos de governo e nas decisões de poder.

Nós queremos fazer o aprofundamento da democracia, democracia que exige o constante aperfeiçoamento da nossa Constituição. É para isso que nosso partido luta. É para isso que nosso partido batalha. Nosso partido luta para que esta Constituição chamada Constituição Cidadã seja cada vez mais democrática, permitindo que as mudanças sociais ocorram num país com tantas desigualdades, tantos desequilíbrios regionais, como há no Brasil. Precisamos garantir estes avanços. É por isto que lutamos, para que os avanços previstos na Constituição ocorram.

Nós queremos garantir os direitos sociais e os direitos previdenciários. Nós queremos garantir a liberdade democrática, a liberdade de imprensa. Queremos garantir a preservação do nosso petróleo, uma das nossas riquezas naturais, e da nossa Amazônia.

Por isso, Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores manifesta seu constante apoio e sua constante defesa da nossa Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento, pelo PSC.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, Mesa, hoje composta por um ex-Presidente da República, pelo atual Presidente da República e pelo que assumirá, se Deus quiser, no dia 1º de janeiro, é importante vermos o ex-Presidente Sarney, o Presidente Michel Temer e o Presidente Jair Bolsonaro. Este é um momento muito importante para todos nós nesta Casa.

Neste momento, participamos de uma sessão solene como esta, quando comemoramos hoje os 30 anos da Constituição brasileira, a Constituição Cidadã, feita com todo o cuidado possível. Eu lembro, Deputada Luiza Erundina, quando em 1986 o povo brasileiro elegia Deputados Federais e Senadores para que aqui pudessem escrever uma nova Constituição. Foi um momento solene, momento em que mais de 12 mil propostas surgiram entre os Constituintes e aqueles que foram para as ruas buscar as emendas populares.

Foi uma Constituição muito discutida. Tínhamos Ulysses Guimarães, Mário Covas como Relator, pessoas que tinham total identidade com a população brasileira, pessoas que estavam voltando naquele momento — o ex-Governador Mário Covas, que estava voltando do exílio, conhecia muito bem e clamava muito pelos interesses e pelos direitos individuais. Foi naquela luta que nós acompanhamos e vimos a Constituição ser escrita neste Congresso.

Era, volto a dizer, uma Constituição Cidadã, com problemas: uma Constituição que, logicamente, em determinado momento, alguns dizem, criou mais direitos que deveres, ou o inverso. Enfim, a Constituição precisava, de qualquer forma, garantir os direitos individuais dos cidadãos. Esta garantia foi dada, foi feita. Felizmente, nós, que já vivíamos com sete Constituições anteriores, temos esta que dura 30 anos.

Eu tenho a expectativa, Deputada Luiza Erundina, de que, quando a Constituição completar 100 anos, eu e V.Exa. estejamos aqui para fazer este mesmo discurso, para dizer que o Brasil é maior que a crise, que o Brasil é maior que seus problemas, que o Brasil é maior que todo e qualquer embaraço que possamos enfrentar, um país com 8.547 milhões de quilômetros quadrados, um país que produz alimentos para 210 milhões de brasileiros, o terceiro maior país exportador de grãos do mundo — de soja é o primeiro.

Eu não me canso de fazer este discurso, que demonstra a grande força deste País chamado Brasil, em que grande número de crianças chega às escolas a cada ano, garantia desta Constituição que levou ao estudo gratuito, ao transporte, à melhor qualidade de vida, à proteção do idoso, fruto desta Constituição, ao lado das outras legislações que fomos criando para que tivéssemos um arcabouço mais perfeito para produzir direitos para nossas pessoas.

Eu vejo neste plenário o Enzo, do Município de Capela do Alto, que está acompanhado hoje pelo seu pai, o Prefeito Kéke, o Péricles, e por sua mãe, a Jane. São crianças como o Enzo que vão dirigir o Brasil.

Hoje observamos as pessoas dizer, lamentavelmente, que não gostam de política. Quem não gosta de política, lamentavelmente, será governado por quem gosta. Agora nós temos que conchamar o povo brasileiro, nossos jovens, nossas crianças, a se apaixonarem pela política, a gostarem da política, a fazerem política.

No Município de Capela do Alto, Enzo, comece a pensar e a conversar com seus pais, com seus coleguinhas, e diga a eles que nós precisamos fazer política, porque o Brasil de amanhã será governado por nós, por aqueles que já escrevemos a Constituinte, por aqueles que aqui passamos, por aqueles que já foram para outra vida, mas que deixaram uma Carta Magna perfeita, para que aqui pudéssemos estar hoje e dizer que temos direitos, temos liberdades, temos deveres claros e temos a obrigação de continuar construindo este grande País.

Portanto, parabéns a todos aqueles que um dia passaram por esta Casa e escreveram a Constituinte! Tenham a certeza de que escreveram a melhor Constituinte.

Eles escreveram a Constituição Cidadã, que protege as crianças, que protege os idosos, que protege os doentes, que protege aqueles que hoje estão na marginalidade, aqueles que, de qualquer forma, têm a Constituição Cidadã, para terem os direitos individuais que conseguiram ou que foram alcançados por meio do voto daqueles que em 1986 mandaram para cá os Constituintes para escrever nossa Carta Magna.

Parabéns a todos!

Parabéns, Enzo, por você estar neste plenário com seu pai e com sua mãe!

Saibam de uma coisa: o Brasil é maior que a crise. É claro que nós precisamos da Constituição. Se todos obedecessem à Bíblia diante dos 10 mandamentos, teríamos todos os casos resolvidos. Nós precisamos da nossa Constituição, porque o homem é falho, mas está protegido por uma Constituição brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Obrigado, Deputado Gilberto Nascimento.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, como Líder da bancada do PSOL, de dizer que sou um Deputado que foi preso político, que passou 6 anos na clandestinidade, foi perseguido, torturado e condenado pela ditadura militar.

O Presidente recém-eleito disse que não houve ditadura militar. As masmorras da ditadura do DOI-CODI ainda estão lá. O Presidente eleito elogiou o maior torturador deste País no dia do *impeachment*. Ao falar disso, ele desrespeita a Constituição, fazendo a apologia da tortura. Ele diz que não houve ditadura.

Ulysses Guimarães levantou esta Constituição em 1988 e disse: *"Este é o documento da liberdade"*. Hoje, no entanto, o Presidente eleito vem aqui, atribui sua vitória a Deus e termina seu discurso com esta foto, em que aparece atirando com as duas mãos, foto que já está em todos os jornais. (*Mostra fotografia.*)

A Constituição brasileira fala de paz, fala de bem-estar social. No entanto, o Presidente veio aqui e rasgou a Constituição. Está aqui: a Constituição trincada, rasgada. Nós não vamos aceitar isso!

Quero dizer que o que ele está criando são, na verdade, maneiras de desrespeitar a Constituição, quando diz que vai colocar partidos e movimentos sociais na ilegalidade, quando diz que vai desrespeitar as terras indígenas e sua demarcação. Isso é coisa da ditadura! Essas terras são da União, não são para os indígenas negociarem mineração ou extração ilegal de madeira.

Ele não pode criminalizar os partidos e os movimentos sociais. Haverá resistência. Nós não vamos admitir que se trinque a Constituição da República.

Sr. Presidente, na verdade, ele nem sabe que as terras indígenas são da União.

Eu quero ler algo que já está ficando patético quando se fala em escola sem partido.

Leu uma professora:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I — construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II — garantir o desenvolvimento nacional;

III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Hoje isso é considerado subversivo. Uma Deputada eleita pelo partido do recém-eleito Presidente da República está pedindo que se filmem os professores e se estabeleça uma pequena Gestapo em cada sala de aula. Isso é bolsonarismo!

Isso é um desrespeito à Constituição, um desrespeito à liberdade de ensinar e aprender o que está na Constituição Federal do Brasil! Isso é um desrespeito à liberdade da cátedra! Isso representa a instalação da cizânia, da discórdia, nas salas de aula entre professores, alunos e pais! Trata-se de um instrumento de acirramento social. Em nome de quê? Para colocar a ciência contra a religião?

Einstein tinha razão quando disse que há duas coisas infinitas: o universo e a estupidez humana. Sobre a primeira, há dúvidas. Ele tem toda a razão.

Estamos assistindo no Brasil, Sr. Presidente, à seguinte situação: se a Constituição de 1988 for desrespeitada, vamos liquidar a democracia brasileira. Quem disse que não precisa de um jipe, mas apenas de um cabo e de um soldado para fechar o Supremo Tribunal Federal foi o Deputado Eduardo Bolsonaro. Foi o filho de Jair Bolsonaro que disse isso. Eles não respeitam o Judiciário e estão fazendo algo nocivo aos interesses públicos e à igualdade social.

A Constituição de 1988 significa um avanço brutal na área dos direitos sociais, dos direitos civis e dos direitos humanos. A lógica, a fala, o discurso e a ação desse Presidente eleito vão exatamente no sentido contrário.

Termino dizendo exatamente isto: respeitem a Constituição Cidadã, não rasguem a Constituição Federal. Abaixo a ditadura, abaixo a tortura!

A Constituição é o documento da liberdade. Ainda que tarde, nós defenderemos a liberdade até o fim, contra todo tipo de opressão, de esmagamento, de concentração de renda, de terra e de riqueza, contra o arbítrio e a cassação de partidos políticos de oposição legítima, partidos que defendem propostas diferenciadas. Na Constituição, está a pluralidade de ideias, a liberdade de organização e a liberdade de manifestação. Tudo isso é a raiz, o cerne da Constituição de 1988.

Esta é a homenagem do PSOL a todos aqueles que fizeram parte da Constituinte e da construção da Constituição Federal.

Viva a liberdade no nosso País!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) - Sras. e Srs. Congressistas de hoje, Sras. e Srs. Constituintes de 1987 e de 1988, é com muita satisfação que ocupo a Presidência desta sessão do Congresso Nacional destinada a comemorar os 30 anos da nossa Constituição da República. Esta sessão, desde logo, se anuncia histórica.

Hoje tivemos aqui reunidos, além dos representantes máximos do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, o Presidente da República e seu Vice eleitos, mas ainda não empossados, o Presidente da República em exercício e o ex-Presidente do período da Constituinte.

Esta postura de convivência democrática é o melhor espelho da ideia que nossa Constituição inspira, diante do respeito à democracia com suas naturais alternâncias e transições.

Estamos em via de inaugurar um novo governo, uma nova legislatura, uma nova quadra na história do Brasil.

Felicitto-me por estarmos vivendo nosso mais longo período de democracia plena ao longo desses 30 anos de vigência da Constituição de 1988. Que nossa Constituição siga a nos guiar por muitas décadas a mais! Que saibamos respeitar seus princípios, suas cláusulas pétreas, os direitos sociais, os direitos humanos, a repartição das competências na Federação, a autonomia e harmonia entre os Poderes!

Da nossa parte, pretendemos continuar servindo ao País, com nossos melhores esforços, com toda a nossa energia, a fim de garantir que o Congresso Nacional e, em particular, a Câmara dos Deputados possam entregar ao povo brasileiro paz, segurança, desenvolvimento e um Estado justo, que ampare o cidadão que mais precisa e estimule o pleno emprego.

Muito obrigado.

Passo, agora, a presidência ao Deputado JHC, que conduzirá esta sessão, ao tempo em que chamo o Deputado Edmilson Rodrigues para falar.

(O Sr. Fábio Ramalho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente JHC, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Deputada Luiza Erundina, uma honra da representação feminina no Congresso Nacional, Senadora Vanessa Grazziotin, outra representante digna da luta contra todas as formas de exploração e todas as formas de opressão, lutas estas que estão referenciadas na Constituição, como aqui foi lido pelo Líder do PSOL, o Deputado Ivan Valente, com os princípios definidos na Constituição de defesa da democracia, das liberdades, do combate às desigualdades, do compromisso com a erradicação da pobreza e do analfabetismo, entre tantas outras bandeiras que deixaram de ser meras bandeiras para serem dispositivos constitucionais, hoje estão sendo propagandeados como crimes contra o País.

Eu até me surpreendi: ao chegar aqui, vi servidores barrados, mas muitos dentro, acompanhando as autoridades que golpeiam permanentemente o que estabelece nossa Constituição. Eu fiz uma brincadeira com os seguranças, porque os tapetes são vermelhos, mas, em certo momento, nós vimos pessoas defender a volta da ditadura e criticar a Câmara porque estava virando comunista, apontando para uma grande foto com a bandeira japonesa, que, na verdade, retrata a comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil. Há, portanto, quem incentive a ignorância, quem incentive a violência.

Como Deputado mais votado no Pará e membro do PSOL, quero dizer: respeito à ordem! Digo isso porque sou Deputado eleito dentro da ordem constitucional.

Na campanha, já é inadmissível o incentivo à destruição dos princípios constitucionais e à destruição da dignidade do povo e o incentivo à violência. Sinceramente, é assustador que um Presidente já eleito venha para a comemoração dos 30 anos da Constituição brasileira fazer um acinte a ela, articulando sinais de armas. Armas para matar a quem? Armas para aumentar os homicídios, os assassinatos de jovens pretos, indígenas, pobres, jovens das periferias, vítimas deste sistema? Ou para combater os criminosos que comandam o narcotráfico, a economia, a roubalheira, a corrupção, criminosos que já começam a compor o grupo que vai realizar a transição?

Eu não quero gastar meu precioso tempo fazendo listas. No momento certo, faremos a prestação de contas da incoerência. Meus queridos e minhas queridas, o salário mínimo, pelo DIEESE, está previsto como uma obrigação constitucional, mas até hoje não foi cumprido. Em 5 anos, todos os povos indígenas deveriam ter suas terras demarcadas. Querem destruir a FUNAI e inviabilizar a dignidade e a autonomia dos povos, querem dizimá-los. Um verdadeiro etnocídio já está sendo praticado no Brasil, algo que deve ser aprofundado se o atual Presidente eleito cumprir o que expressou como sua vontade ainda candidato.

E os impostos sobre grandes fortunas? Esse dispositivo constitucional não será cumprido porque o banqueiro já indicado como superpoderoso Ministro da Economia, que agora começa a se saber a origem da sua fortuna, inclusive aquela relacionada às especulações feitas durante os planos econômicos, jamais quererá que sua fortuna e a dos seus parceiros sejam taxadas, aqueles que acumulam muita riqueza à custa do aumento da miséria no nosso País.

Quando será feita a auditoria da dívida? Já a aprovamos duas vezes, aliás, por iniciativa deste Deputado, mas tanto Dilma como Temer simplesmente a vetaram.

Por fim, querem acabar com o sistema de seguridade social, uma das principais conquistas da Constituição que ora completa 30 anos. No entanto, na maior cara de pau, o Presidente diz: *"Vamos fazer uma reforma"*.

Do outro lado, seu Ministro-Deputado diz: *"Tem que ser mais radical do que a de Temer"*. A reforma de Temer diz: *"São 49 anos de contribuição e 65 anos de idade, no mínimo, para uma camponesa, um camponês, um operário e um professor"*. Ninguém mais terá direito à aposentadoria. E o povo elegeu alguém que quer rasgar a Constituição de forma tão violenta e tão aviltante!

Não passarão! Haverá resistência popular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço ao Prof. Edmilson Rodrigues.

Convido agora a fazer uso da palavra o Deputado Gabriel Guimarães. Em seguida, terão a palavra os Deputados Chico Alencar, Luiza Erundina, Marcondes Gadelha e a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. GABRIEL GUIMARÃES (PT - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senadora e demais Parlamentares, de forma muito breve quero destacar a importância do momento de hoje ao celebrarmos a Constituição Cidadã. Faço-o de forma muito feliz, até por ter na nossa Casa meu pai, o ex-Deputado Virgílio Guimarães, que exerceu seu papel como Deputado Constituinte.

Entre tudo o que a Constituição estabelece — a forma do Estado, o fortalecimento da democracia, a garantia dos direitos, a separação dos Poderes —, em seu preâmbulo uma coisa é muito clara, ao dizer que todo poder emana do povo, seja Executivo, Legislativo, Judiciário. Esta é a principal base da nossa Constituição, na medida em que garante a representatividade da sociedade a partir dos seus poderes. O poder só faz sentido se for para atender à sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, às vezes, ao compararmos nossa Constituição à de outros países, vemos que há constituições com poucos artigos e constituições que são pouco alteradas. Constatamos que a nossa é a mais adequada ao nosso sistema. Em algum momento, há que se discutir uma nova Constituição, já que tivemos tantas outras. Esta, ao que parece, é a mais sólida de todas as outras, até mesmo pelas inspirações que teve e pelo momento em que foi promulgada, numa virada de chave em prol da igualdade entre as pessoas e em prol da garantia de direitos para todos, ao entendermos que todos somos iguais, todos somos semelhantes.

Naquele período, vimos que diversos países fizeram a abolição da discriminação. Diversos Estados dos Estados Unidos, em período anterior, praticavam leis que separavam homens brancos e negros em assentos de ônibus. No Brasil, esta foi a Constituição que trouxe a representação das mudanças, definindo que todos somos iguais e desta forma devemos ser tratados.

De tudo o que estudei na faculdade de Direito sobre uma nova Constituição, se algum dia, em breve, tivermos de fazer uma discussão para uma nova Constituição, espero que ela seja composta por um parlamento que tenha a finalidade exclusiva de buscar o aperfeiçoamento legislativo, trazendo a liberdade para o Parlamentar promover exatamente aquele que é o anseio de todos.

Por fim, agradeço ao Presidente e a todos os demais a oportunidade. E vamos sempre firmes, defendendo esta que é conhecida como a Constituição Cidadã!

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu gostaria de convidar o Deputado Chico Alencar.

Em respeito à praxe, e também em consideração à Deputada Luiza Erundina, vou convidar a Deputada para fazer uso da palavra. Logo após, eu convido V.Exa., Senadora. Assim, farão uso da palavra o Deputado Chico Alencar, a Deputada Luiza Erundina e, em seguida, V.Exa.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputados, pouquíssimos estamos aqui a provavelmente expressar a debilidade dos valores democráticos no Brasil de hoje. Uma sessão solene do Congresso Nacional para homenagear os 30 anos da Constituição brasileira está tendo um epílogo, um final muito esvaziado, muito triste, porque houve de início — e não

estávamos louvando a Constituição do Império — uma espécie de fala do trono dos Presidentes dos Poderes, inclusive do Presidente eleito, que não mencionou todos os outros membros dos Poderes. Parece-me que, inclusive, a única mulher representante de poder aqui, a Procuradora-Geral da República Raquel Dodge, não mereceu de S.Exa. um cumprimento sequer. É um mau sinal, mais um mau sinal.

Nós estamos aqui — e a bancada do PSOL fez questão de vir falar e se manifestar — porque, para nós, este aqui é um grande e fundamental escudo. (*Exibe a Constituição Federal.*)

Para nós, este registro deplorável da sessão de hoje — o Presidente eleito fazendo aquele gesto de arma — é a negação inclusive do preâmbulo da própria Constituição, que diz que a Nação brasileira está comprometida interna e externamente com a solução pacífica das controvérsias.

Com o armamentismo generalizado e cada cidadão tendo uma arma, imaginem, na nossa neurose do trânsito, o que pode vir a acontecer! É deplorável. E exibir isto...

Ele estava recatado. Vi que algum dos seus apoiadores, no início, antes de a sessão começar, sugeriu que ele fizesse o tal gesto, e ele sinalizou que não faria, e fez um coraçãozinho, o Bolsonaro. Depois, ele não resistiu — a tentação é mais forte — e trouxe este gesto, que não é de desarmamento, que não é de pacificação da sociedade brasileira, que não é de busca comum do enfrentamento das soluções aos gravíssimos problemas que enfrentamos.

A Constituição fala, sim, do direito à propriedade, mas no mesmo capítulo, imediatamente após assegurar o direito à propriedade, diz que a toda propriedade corresponde a sua função social.

Então, em vez de, como querem alguns, no Senado e na Câmara, dizer que quem luta por terra, por moradia, e especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — MTST são organizações terroristas, a forma mais eficaz de inclusive fazer com que esses movimentos deixem de existir é assegurar o elemental: teto para 6 milhões de brasileiros desabrigados, que não têm onde morar, o que é um escândalo para um país com a nossa riqueza, com as nossas construções, com tanto imóvel ocioso e com tanta especulação imobiliária.

A terra mais bem repartida e políticas agrícolas, num país em que 70% dos alimentos que consumimos para o mercado interno vêm das pequenas propriedades, das cooperativas e dos assentamentos, é algo imperativo e garantido pela Constituição. Mas não, o que se vislumbra é pura repressão, é pura violência, é pura solução nada pacífica de conflitos, o que não significa solução sequer duradoura.

Louvar a Constituição de 1988 é insistir nos seus princípios fundamentais, fruto de um Brasil bonito dos anos 80, como já foi destacado aqui por vários oradores, uma Constituição que é produto de uma intensa mobilização popular. Eu me recordo bem. Jovem ainda, eu trabalhava junto com um movimento comunitário, além de exercer as minhas funções de professor — cuja liberdade de cátedra, de ensino e de consciência crítica está ameaçada também agora. Nós participamos de um movimento popular para levarmos nossas propostas à Constituinte. Quinze milhões de pessoas assinaram emendas populares à Constituição, e ela expressa esse nível de participação cidadã. Portanto, este documento é histórico, é precioso, é valioso.

E quem passou 30 anos aqui com declarações misóginas, homofóbicas, inclusive sobre a diferença salarial no trabalho entre homens e mulheres? Quem passou o tempo aqui dizendo que os quilombos, por exemplo, são aberrações, que o quilombola deve ser pesado por arrobos e não serve nem para procriar, dando uma conotação animalesca a esses seres humanos? Quem passou esse tempo defendendo e elogiando a tortura, que a Carta de 1988 condena como crime hediondo e abominável? Quem passou esse tempo tendo como ídolo — e proclamando isto — não só Garrastazu Médici, o Presidente da ditadura mais violento, como também aquele torturador notório, o Ustra? É um quadro extremamente preocupante.

Venceu a eleição, sim. Mas eu tenho a impressão de que os quase 58 milhões de brasileiros, se essas práticas de prédicas se concretizarem, vão ver que a Constituição está sendo ameaçada e rasgada.

Portanto, este é o nosso escudo, este é o norte da nossa luta por um País justo, fraterno e solidário. (*Exibe a Constituição Federal.*) O princípio da solidariedade anda muito esquecido entre nós.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Convido, com muita satisfação, a Deputada Luiza Erundina para fazer uso da palavra.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores, internautas, estamos aqui a comemorar os 30 anos da Constituição Cidadã de 1988, documento que foi elaborado e aprovado por um Congresso Constituinte, Sr. Presidente, e não por uma Assembleia

Nacional Constituinte livre e soberana. Já começou, portanto, à limitação de se construir um arco institucional que de fato representasse a luta do povo brasileiro, vitoriosa ao derrubar uma ditadura militar de 21 anos.

Não obstante não ter sido elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, graças a uma forte mobilização e participação da sociedade civil brasileira resultou nesta Carta Magna, onde estão registrados os direitos individuais, sociais, políticos e humanos de todos os brasileiros e brasileiras que conquistaram este dispositivo constitucional.

Porém, Sr. Presidente, ao longo desses 30 anos, com a desmobilização da sociedade civil, esses direitos foram sendo comprometidos, e a Constituição Federal vem sendo rasgada. Já sofreu 99 emendas, ao largo desses 30 anos. E essas emendas constitucionais muito poucas foram no sentido de ampliar direitos; muito pelo contrário, algumas dessas emendas foram para tirar direitos, como a Emenda Constitucional nº 95, a Emenda da Morte, a emenda que tirou do povo brasileiro, por 20 anos, a ampliação dos investimentos públicos, das políticas públicas de saúde, de educação, de saneamento básico, de assistência social.

Isso significa, Sr. Presidente, para além da celebração das conquistas que esta Constituição representou, que é necessário fazer um balanço, uma avaliação rigorosa daquilo que não se cumpriu, porque ainda há 119 dispositivos constitucionais que precisariam ser regulamentados e ainda estão a depender dessa regulamentação. Portanto, a sua eficácia ainda não se deu plenamente, e a nossa responsabilidade é resgatar essas perdas de conquistas de direitos do povo brasileiro e não aceitar, Sr. Presidente, que um pretenso Presidente da República... Por que pretenso? Porque ele foi eleito usando métodos, instrumentos e meios ilegítimos, ilegais, fraudulentos, para que chegasse aonde chegou. Põe em risco, Sr. Presidente, a Constituição soberana e cidadã de 1988.

É preciso, portanto, que esta comemoração seja uma tomada de consciência e uma reiteração de compromissos inalienáveis de cada uma e de cada um de nós brasileiros, e das instituições que têm funcionado — como o Congresso — de costas para o nosso povo, para o nosso País. Portanto, é hora de renovar o nosso compromisso de continuar denunciando as tentativas de alienação e comprometimento da nossa Carta Maior, que é a Constituição de 1988! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço à Deputada Luiza Erundina.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer uso da palavra.

Deputado Marcondes Gadelha, agradeço a V.Exa. a compreensão. Nas sessões do Congresso Nacional, nós fazemos a alternância. Contudo, em respeito à Deputada Luiza Erundina, nós concedemos a palavra a S.Exa. Agora falará a Senadora Vanessa Grazziotin. Logo após, V.Exa. fará uso da palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu fiz questão, mesmo com o esvaziamento desta sessão, mas pela sua importância, de estar aqui e falar em nome da nossa bancada do PCdoB, dos nossos valorosos e combatentes Deputados Federais e de toda a militância do nosso partido.

Sempre é muito importante fazer uma homenagem e relembrar o dia em que a nova Constituição brasileira, a Constituição Cidadã, foi promulgada. Entretanto, hoje, Sr. Presidente, comemorar os 30 anos da Constituição brasileira é muito mais do que importante: esta sessão é necessária.

O que nós ouvimos aqui da Deputada Luiza Erundina e dos Deputados que nos antecederam foram digressões mostrando o quanto a Constituição brasileira corre risco. E por que a Constituição brasileira hoje corre risco no Brasil? Porque a própria democracia corre risco. E o que é a Constituição brasileira senão a garantia máxima, a garantia maior do Estado Democrático de Direito?

Sr. Presidente, a quantas manifestações assistimos, lamentavelmente, de muitos brasileiros e brasileiras que desrespeitam a Constituição, que ficam impunes, sem que nada aconteça? Pessoas defendem a restrição das liberdades e defendem a volta da censura, e nada acontece. Neste momento, é mais do que necessário que todos estejamos aqui, Sr. Presidente, para defender e falar da Constituição brasileira, da Constituição Cidadã.

Mas eu sou daquelas que pensam que as palavras o vento leva. Mais importante do que as palavras são os atos. Portanto, Sr. Presidente, para defender a nossa Lei Maior, não basta apenas o discurso, não basta apenas a palavra: é preciso que as ações estejam conjugadas com essa defesa e com esse respeito à democracia e à convivência em um País livre, em um País soberano, em um País onde todas as pessoas são plenamente respeitadas.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, é esta Constituição — que regula as relações sociais, econômicas e políticas em nosso País, assim como as relações do Brasil com o resto do mundo, com outras nações do mundo — que, repito, corre risco.

Sr. Presidente, há 30 anos, neste mesmo plenário, ao promulgar a nova Constituição Brasileira, disse Ulysses Guimarães: *"A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo"*.

Não basta jurar fidelidade à nossa Constituição, é preciso cumpri-la. Sr. Presidente, mais do que nunca, essas palavras estão postas na ordem do dia. Eu as repito porque, lamentavelmente, muitos acham que, para aprovar os retrocessos sociais, é preciso que liberdades sejam restringidas. E não falo aqui, Sr. Presidente, de forma aleatória, mas baseada em tudo que está acontecendo.

Vejam V.Exas., Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, Deputado Chico Alencar: uma semana depois do resultado do segundo turno da eleição presidencial, qual era a pauta de uma das Comissões do Senado Federal? O projeto de lei que muda a normatização da Lei do Terrorismo, da Lei Antiterror. E muda para quê? Para tentar enquadrar como ato de terrorismo as livres manifestações políticas e ideológicas. Vejam onde estamos!

Descumprir a Constituição é tomar iniciativas como essa. Descumprir a Constituição é buscar alternativas periféricas para retirar do trabalhador o direito ao salário mínimo, para retirar do trabalhador o direito à carteira de trabalho, para retirar dos trabalhadores brasileiros os direitos mínimos. É isso que significa desrespeitar a Constituição!

Sr. Presidente, já me encaminho para o encerramento, com muito orgulho de ser uma mulher, uma militante política, uma Senadora da República que sabe o quanto as mulheres, uma pequena minoria, organizadas na Bancada do Batom, foram importantes no processo da Assembleia Nacional Constituinte para garantir e ampliar os direitos sociais, como o direito à licença-maternidade, à licença-paternidade, a proteção à maternidade, aos direitos previdenciários, aos direitos iguais para homens e mulheres no mundo do trabalho. Enfim, são direitos que correm risco.

Por isso, mais do que nunca, o nosso partido entende a necessidade de manter a vigilância da sociedade, manter a organização popular, para que possamos garantir e defender a nossa Carta Magna.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que, no dia de ontem, assim como hoje, aconteceu também uma atividade de homenagem aos 30 anos da Constituição em que a própria Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, disse que estava preocupada, muito preocupada, com os rumos e a mudança perigosamente conservadora que vêm tomando conta do mundo e que vêm tomando conta do Brasil. Essa preocupação não é somente da Ministra Cármen Lúcia. Essa é a nossa preocupação e tem de ser a preocupação de toda a sociedade brasileira, na garantia do Estado Democrático de Direito e na garantia de todos, absolutamente todos os direitos conquistados a duras penas pela Nação e pelo povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu é que agradeço a V.Exa.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Marcondes Gadelha, a quem cumprimento e agradeço a compreensão e gentileza.

Logo após, concederei a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o sentido maior desta celebração é o reconhecimento da consistência do trabalho daqueles 559 representantes do povo que, durante 20 meses, reuniram-se para discutir e votar a chamada Constituição Cidadã, afinal entregue em 5 de outubro de 1988.

Primeiro, porque ela resiste ao tempo e completa agora 30 anos, isto é, exauriu o curso de uma geração e já é a mais longeva da história republicana, mesmo tendo sido submetida a um processo revisional 5 anos após a sua promulgação, que resultou em respeito quase absoluto à íntegra do seu texto. Depois, porque ela já foi confrontada com situações extremamente conflituosas da nacionalidade, como o *impeachment* de dois Presidentes da República e a prisão de personalidades emblemáticas da vida nacional, além das portentosas manifestações de rua entremeando aqueles acontecimentos. Em todas as circunstâncias, a Constituição foi invocada e assegurou a estabilidade das instituições e a continuidade da democracia.

Finalmente, Sr. Presidente, porque ela apresenta avanços inquestionáveis em inúmeros campos do interesse coletivo. Já no preâmbulo, o elenco de princípios arrolados aponta para um tipo de carta a que Canotilho, o jurista português, chamou de constituição dirigente, ou seja, aquela que orienta o Estado na execução de propósitos em favor da sociedade e estabelece ideais a serem perseguidos pela mesma. Mas, concretamente, o capítulo referente a direitos individuais e coletivos é irretocável. A Constituição consagra e define, ainda, o Sistema Único de Saúde, possivelmente o mais abrangente do mundo, e inova na proteção do meio ambiente.

Por último, mas não por derradeiro, eu lembraria a autonomia que foi assegurada ao Ministério Público e que gerou a esperança de que nós, afinal, tenhamos uma sociedade transparente, regido por um Governo transparente, e que a impunidade seja definitivamente varrida da configuração moral deste País.

Se é certo, como se diz em gnosiologia, que o método faz o objeto, eu diria que a metodologia empregada pelos Constituintes é responsável pelo sucesso desta Constituição. Primeiro, Sr. Presidente, foram estabelecidas oito Comissões temáticas, com três Subcomissões cada uma, totalizando 24 relatorias, e mais uma Comissão de Sistematização, e mais uma Comissão de Redação, e mais uma Relatoria-Geral. Foi instituído um Regimento próprio da Constituinte, e só a discussão e votação do Regimento levou 3 meses, nobre Deputado Chico Alencar. Depois, o método adotado incluía a interação ampla com o País, e esta Casa se abriu. Sr. Presidente, literalmente, o Congresso foi invadido pela sociedade organizada, por representações de classe, por associações de toda natureza, que para cá trouxeram 72 mil sugestões, que foram, todas elas, trabalhadas pelos Srs. Constituintes. Não me admira, Sr. Presidente, que esta Carta seja tão representativa do *ethos* desta País.

É claro que, como toda construção humana, tem os seus senões, seja por excesso, seja por falta. E eu apontaria, por exemplo, algo que faltou: a determinação dos Constituintes de promover uma efetiva desconcentração e descentralização do poder. Isso implicaria necessariamente o fortalecimento da Federação, com a atribuição de mais recursos e atribuições de competências para as unidades locais de poder, no caso, os Estados e os Municípios. Seria necessário haver um empoderamento maior da sociedade *versus* Estado, ou seja, os recursos havidos mediante a tributação poderiam ter sido menos leoninos em favor do Estado, deixando mais liberdade econômica para a sociedade e para as empresas.

Mas, Sr. Presidente, o que importa, acima de tudo, é que esta Constituição é verdadeiramente a ata de um pacto social. É a ata de um acordo entre governantes e governados, e deles entre si, sobre a maneira de conduzir a coisa pública neste País. Mas, acima de tudo, ela é a representação efetiva da vontade geral deste País.

Tive a honra de ser Constituinte, Sr. Presidente, e integrar aquele corpo legislativo de 559 Deputados e Senadores. E me emociona ainda hoje a lembrança do gesto de Ulysses Guimarães, erguendo aos céus aquela Carta, em um aceno de vitória, como a proclamar que aquela é a carta de navegação deste País, o roteiro definitivo para a consecução de uma sociedade madura e desenvolvida. Que as suas páginas sejam as flabeladas palmas da concórdia nacional!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Após o brilhante discurso do Deputado Constituinte Marcondes Gadelha, convido para fazer uso da palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar, nesta sessão solene em homenagem aos 30 da Constituição brasileira, da Constituição da cidadania.

Eu, ainda jovem, participei ativamente da Constituinte, na medida em que, naquele momento, a sociedade tinha a oportunidade de participar desse processo através de emendas populares. Eu participei, então, de discussões de vários temas e também de coletas de assinaturas de apoio para essas emendas populares.

Eu quero destacar aqui aspectos importantes desta Constituição.

Pela primeira vez na História do Brasil, nós temos uma Constituição que aponta para a construção de uma sociedade que representa o conjunto do povo brasileiro. Ela prevê a construção de um País, de uma Nação de liberdade, de respeito a sua diversidade étnico-cultural. Só para nós termos uma ideia, eu cito como exemplo o reconhecimento do direito ao povo quilombola aos seus territórios — garantido na Constituição brasileira.

Nós estudamos nos livros de História o Quilombo dos Palmares como algo que existiu no passado. Desde a libertação dos escravos, em 1888, até 1988, com a promulgação da Constituição atual, praticamente a palavra quilombo foi proibida, ou não aparecia nos documentos oficiais brasileiros. Hoje, para se ter uma ideia, depois do reconhecimento do seu direito aos territórios, já se admite a existência de quase 6 mil comunidades quilombolas no Brasil.

A Constituinte brasileira teve o papel importante de reconhecer e de colocar na Carta, na Lei Maior, a existência de grupos sociais importantes da sociedade brasileira que haviam ficado na invisibilidade ao longo do tempo. E outro fato importante, e aqui eu quero fazer uma homenagem a um Constituinte, o Deputado Márcio Santilli, é o capítulo sobre os povos indígenas na Constituição. Pela primeira vez, ali está garantido de forma incisiva o direito do seu território, das suas terras aos povos indígenas, o reconhecimento de que esses povos têm lugar nesta Nação, neste País que nós queremos construir.

Outro capítulo importante é que esta Constituição não só cuida das gerações atuais, mas está preocupada com as gerações futuras. Pela primeira vez, nós também trabalhamos de forma incisiva o meio ambiente como patrimônio da sociedade

brasileira não só da nossa geração, mas também das gerações futuras, assinalando o quanto é importante assegurar o equilíbrio ambiental e esses recursos para elas.

Quero fazer outra homenagem, talvez a mais importante, nesta minha fala. Muitos direitos na Constituição atual estão assegurados. Nós, historicamente, construímos um dos países mais desiguais do mundo, apesar de sermos tão rico em recursos naturais e em povo trabalhador, que construiu hoje a sétima ou oitava economia.

O Presidente que mais trabalhou para aplicar aquilo que está previsto nesta Constituição e construir uma sociedade mais justa, mais humana, mais solidária, de respeito à diversidade foi, à época, Deputado Constituinte, Luiz Inácio Lula da Silva. Quando Presidente da República, ele foi o que melhor implementou a Constituição, assegurando cidadania e respeito para milhões de pessoas. Outra coisa que esta Casa precisa olhar com carinho é o fato de esse mesmo Presidente estar preso hoje, por mau uso da própria Constituição, pela não aplicação correta da Constituição.

O resultado das eleições deste ano nos coloca com mais preocupação ainda, porque quem ganhou, pelo seu histórico, por aquilo que propagou na campanha, aponta para riscos maiores àquelas conquistas do povo brasileiro que foram consagradas na Constituição atual pelos Constituintes de 1988.

Eu quero chamar a atenção para a nossa responsabilidade de Parlamentares e também de sociedade brasileira para assegurar aquilo que está garantido na mais longa Constituição, durante esses 30 anos: uma sociedade justa e plural.

Obrigado, Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. poderia me dar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu gostaria, Deputado Claudio Cajado, se me permitir, de ter a honra de compartilhar este momento com V.Exa. e tecer algumas palavras, já que, na condução desta sessão solene, nós acabamos abrindo mão do nosso tempo para dar oportunidade aos colegas Deputados e Senadores de se manifestarem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Se V.Exa. permitisse, eu falaria por 3 ou 4 minutos, iria para a Presidência e V.Exa. completaria.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Pois não.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem dúvida nenhuma, hoje é um dia que nos orgulha muito.

Eu não tive a oportunidade de ser Deputado Constituinte. Porém, por formação acadêmica, já que sou advogado, bacharel em Direito, em função dos seis mandatos consecutivos que exerço nesta Casa, graças ao povo baiano, ao trabalho que nós realizamos e aos Municípios que honrosamente eu represento — e aproveito para ressaltar a presença de dois Prefeitos, irmãos, por sinal, Dr. Cristiano, de Rio de Contas, e Dr. Erico, de Érico Cardoso, acompanhado do Deputado Estadual da Bahia Marquinho Viana —, nós fomos reconduzidos ao sétimo mandato.

A Constituição da República Federativa do Brasil é um marco indelével para a manutenção da democracia, do respeito à garantia dos direitos individuais, principalmente para o cidadão, aquele que todos nós legisladores temos a obrigação de colocar sempre sob a égide da Constituição em primeiro plano, com os debates, com o que nós votamos e principalmente com a atuação do agente político.

Eu tenho uma satisfação enorme de ver que, nesses 30 anos, nós alteramos algumas vezes a Constituição, mas que o cerne, a espinha dorsal e principalmente o arcabouço de regramentos que caracteriza o nosso meio jurídico, o nosso ambiente jurídico, foram pouquíssimas vezes alterados na sua essência. Por isso, todos nós, ao nos expressarmos aqui e ao fazermos esta sessão comemorativa aos 30 anos da Constituição da cidadania, uma sessão solene da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, temos a convicção da nossa obrigação e dever de zelar por esta que é a nossa Carta Magna.

Isso é importante, porque os Governos passam, mas a Constituição se mantém. A Nação, enquanto ente, tem por obrigação manter os princípios dos quais, ano após ano, nós somos integrantes, este sistema que nos faz cada vez mais parte inerente. E todos, absolutamente todos, num conjunto, como uma corrente, demonstrando uma força hercúlea, temos a obrigação de respeitar esta que é a nossa Lei Maior. O respeito à Constituição é o respeito ao cidadão, é o respeito ao nosso País, é o respeito a cada um, individual e coletivamente, que integra o nosso País, o Brasil.

Fiz questão de usar da palavra para dar o meu depoimento, o meu testemunho e a minha afirmação de que, sem o respeito à Constituição, só nos resta a anarquia. E isso nenhum de nós deseja. Daí porque, tanto o Poder Executivo quanto o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal e, acima de tudo, este Poder Legislativo têm que estar atentos permanentemente para que a observância à Lei Maior, a nossa Constituição, se mantenha dia a dia inabalável, inarredável e inatacável. Esse é

o compromisso que nós fazemos. Esse é o compromisso que eu tenho de convicção nos atuais legisladores, e também nos futuros, que aqui tomarão posse em 1º de fevereiro de 2019, e que terão que jurar e, eu não tenho dúvida, terão que agir.

Nós falamos, usamos da palavra, mas as nossas atitudes é que valem. Aquele que não respeita os ditames constitucionais nas ações, seja de forma individual, seja investido em algum cargo eletivo, não pode passar impune. Todos nós temos a obrigação não apenas de exaltar, mas, acima de tudo, de cumprir e respeitar a nossa Constituição, porque ela é a base da formação da nossa Nação, é a base do regime democrático e, acima de tudo, é a base da harmonia.

Por isso, Presidente, ao concluir minhas palavras, percebendo que V.Exa. quer falar, eu agradeço a deferência.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu que lhe agradeço as palavras, Deputado Claudio Cajado.

Eu gostaria, de forma toda especial, ao encerrar esta sessão solene neste dia histórico em que os Poderes constituídos no nosso País estiveram aqui presentes, os Chefes Maiores de cada um desses Poderes, de também tecer algumas palavras e de falar especialmente para quem nos está acompanhando pelo *site* da Câmara dos Deputados e pela *TV Câmara*.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, telespectadores, cidadãos que nos acompanham, especialmente Deputados Constituintes que estiveram aqui presentes, nós gostaríamos de fazer um agradecimento todo especial não pela minha formação acadêmica, não por ter estudado e me debruçado sobre as nossas Constituições, mas porque nos fissa a atenção quando nós temos dentro do processo democrático momentos históricos como o da promulgação da Constituição de 1988.

Eu nasci em 1987, quando começou a funcionar a Assembleia Nacional Constituinte. Tão logo, não poderia deixar de dizer que, ao ouvir muitas vezes alguns comentários de forma equivocada de que a Constituição é muito jovem, ela é sim muito jovem, mas não é uma Constituição imatura.

As 61 mil emendas que foram propostas, as 122 emendas populares que foram propostas ao Congresso Nacional tendo a participação efetiva da população, fizeram momentos históricos que nos dão saudades. E, desse período, pelo que nós acompanhamos na trajetória da nossa democracia, foi que nós também absorvemos alguns dos princípios basilares de algumas democracias mais amadurecidas.

Eu me lembro de quando propus uma sessão solene como esta para comemorar os 800 anos da Magna Carta, que é de 1215, homenagem que contou com a participação do Embaixador do Reino Unido, do Ministro Gilmar Mendes, que é constitucionalista.

Também ouvi aqui as palavras, atentamente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, que foi muito feliz em seu discurso ao dizer que as grandes nações precisam de instituições, porque as pessoas passam, mas as instituições permanecem.

Se nós estamos tendo a condição de defender este novo Brasil, é temos esta Constituição. Nós já estamos na oitava eleição direta para Presidente da República, já tivemos dois impedimentos. Isso mostra a maturidade da nossa Constituição e a solidez das nossas instituições.

Quando, em 1215, se impôs limite ao poder do rei, foi porque lá atrás, ainda na Inglaterra, não queriam ver o que nós...

Tenho aqui uma réplica da Constituição de 1824, a Constituição imperial, um presente que nos foi dado pela Caixa Econômica Federal, outro patrimônio do povo brasileiro, cujo art. 99 diz o seguinte:

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma.

Foi corrigido na Constituição de 1891, em seu art. 53, e na Constituição de 1988, em seu art. 85, o que lá atrás fizeram, ao imporem limites ao poder do "rei", que era um ser inalcançável, um ser inviolável, um ser sagrado. E nós começamos a viver o império da lei. E estamos aqui para reafirmar isso, nesses 30 anos.

De tudo que nós fizemos, e em homenagem ao Relator-Geral Bernardo Cabral, ao Presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, que disse que a Constituição teria cheiro de futuro e não de mofo, e muitos apostavam que não duraria 6 meses, muitos apostaram no pior... Mas está aí até hoje, ativa, viva. Esta Constituição acompanhou o que hoje nós temos no nosso Brasil: o crescimento e uma nova geração que surge de 51 milhões de brasileiros, que são os jovens que acompanharam toda a trajetória da nossa Constituição.

Então, com 250 artigos, com as 99 emendas ordinárias que nós temos, aprendemos bastante. Mas a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional precisa entender que aquele momento foi materializado com um perfil de povo, dentro do Parlamento, e que certamente esse perfil mudou. Nós precisamos sair do sistema analógico e trazer as instituições para o sistema digital. As pessoas foram empoderadas: podem questionar de forma rápida, acessível, compartilhar suas ideias e se conectar com o mundo inteiro para contestar o modelo que não acompanha mais a realidade do povo, especialmente das futuras gerações.

Hoje já há como termos iniciativa popular mais forte dentro da Casa. Nós temos instrumentos de inovação, como a biometria — junto com o TSE —, que poderiam ajudar a Câmara, o Congresso Nacional a trazer o povo para perto de todas estas discussões.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Deputada, já passarei a V.Exa. a palavra.

Para encerrar, faço também um apelo a este novo Congresso para que nós não permitamos que alguns resquícios da própria Constituinte, que — a princípio, achavam que nós iríamos viver um regime parlamentarista, e decidimos pelo regime presidencialista — deixou as medidas provisórias para o fortalecimento do Executivo... Mas não houve dentro da Casa mecanismos que pudessem nos dar esse suporte de independência para fazer peso e contrapeso, *check and balances*.

Nós precisamos, de uma vez por todas, demonstrar novamente a nossa altivez, com independência, para que as instituições sérias deste País enxerguem o Congresso Nacional, até pela sua arquitetura, como o equilíbrio dos três Poderes. E é disso que nós estamos precisando, sem vaidade, sem arrogância, mas fazendo o que consta na nossa Constituição.

Hoje estou muito feliz. Este é um dia especial porque, pela minha trajetória de vida, pelo curso da minha vida — tenho 31 anos, nasci quando começou a ser estudada a Constituição —, eu posso estar aqui celebrando os 30 anos da Constituição como o Deputado Federal mais votado do meu honrado Estado de Alagoas e também, proporcionalmente, do País. Isso me orgulha muito e aumenta ainda mais a nossa responsabilidade.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eram essas as minhas palavras. Desde já quero agradecer a todos que nos acompanharam, que engrandeceram este debate para a consolidação da nossa democracia.

Antes de encerrar, passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu só quero destacar esses 30 anos da nossa Constituição Federal, esta nossa sessão solene do Congresso Nacional, que teve a presença de ex-Presidente da República, do atual Presidente, do futuro Presidente, dos Presidentes dos Poderes — do Presidente da nossa Casa e do Presidente do Senado Federal.

Quero também fazer um destaque dos pronunciamentos da manhã de hoje, em especial o da nobre Ministra Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República. Espero que as palavras dela sejam o exercício real do respeito a nossa Constituição Federal, em especial para todos nós homens e mulheres que fomos reconduzidos. Que, a partir de fevereiro do ano que vem, possamos estar nesta Casa legislando novamente, mas respeitando acima de tudo o conteúdo da nossa Constituição Federal.

Não basta, como disse ela, contemplarmos a Constituição. Precisamos exercer o que nela está. Falo em especial como profissional da área da saúde e defensora do Sistema Único de Saúde, criado a partir da nossa Constituição Federal. Avançamos muito, é preciso reconhecer, e temos muitas fragilidades ainda, mas precisamos, a cada dia, continuar avançando e dando à população brasileira o que há de mais sagrado e que está na nossa Constituição.

Parabéns, Sr. Presidente, pelo seu belo pronunciamento, pelo seu histórico de vida, em especial, por ser tão jovem e tão conhecedor e estudioso das Constituições, sobretudo a de 1988.

Hoje marcamos os 30 anos da Constituição da República, que, eu sempre digo, é a nossa Lei Maior.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu que agradeço, Deputado Carmen Zanotto, e também parabenizo V.Exa. pelo seu trabalho.

Foi um presente, logo após ter nascido, 1 ano depois praticamente, receber a Constituição de 1988. Então, o nosso compromisso e a nossa responsabilidade aumentam ainda mais. Espero que esse rio seja de curso perene, que nós possamos fazer as adaptações de acordo com as mudanças de costumes, de comportamentos e com aquilo que nós acreditamos que pode nos modernizar, avançando para uma política cada vez mais participativa e contemporânea.

Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal de 1988, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, em iniciativa conjunta, inauguraram, no dia 22 de outubro, a Exposição *O Brasil em Construção: 30 anos da Constituição Cidadã*.

Convido todos a visitarem a exposição, que ficará no Salão Negro do Congresso Nacional até o dia 16 de dezembro.

Agradeço às autoridades e a todos que nos honraram com suas presenças.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 04 minutos.)